**SEGURANÇA** O BOLSONARISMO GANHA TEMPO PARA REORGANIZAR A SABOTAGEM AO PL ANTIFACÇÃO. DERRITE, DE TODO MODO, DERRETE

**COP30** O FUNDO PARA AS FLORESTAS TROPICAIS PROPOSTO PELO BRASIL É UM ISOLADO E MODESTO AVANÇO NAS DIFÍCEIS NEGOCIAÇÕES EM BELÉM

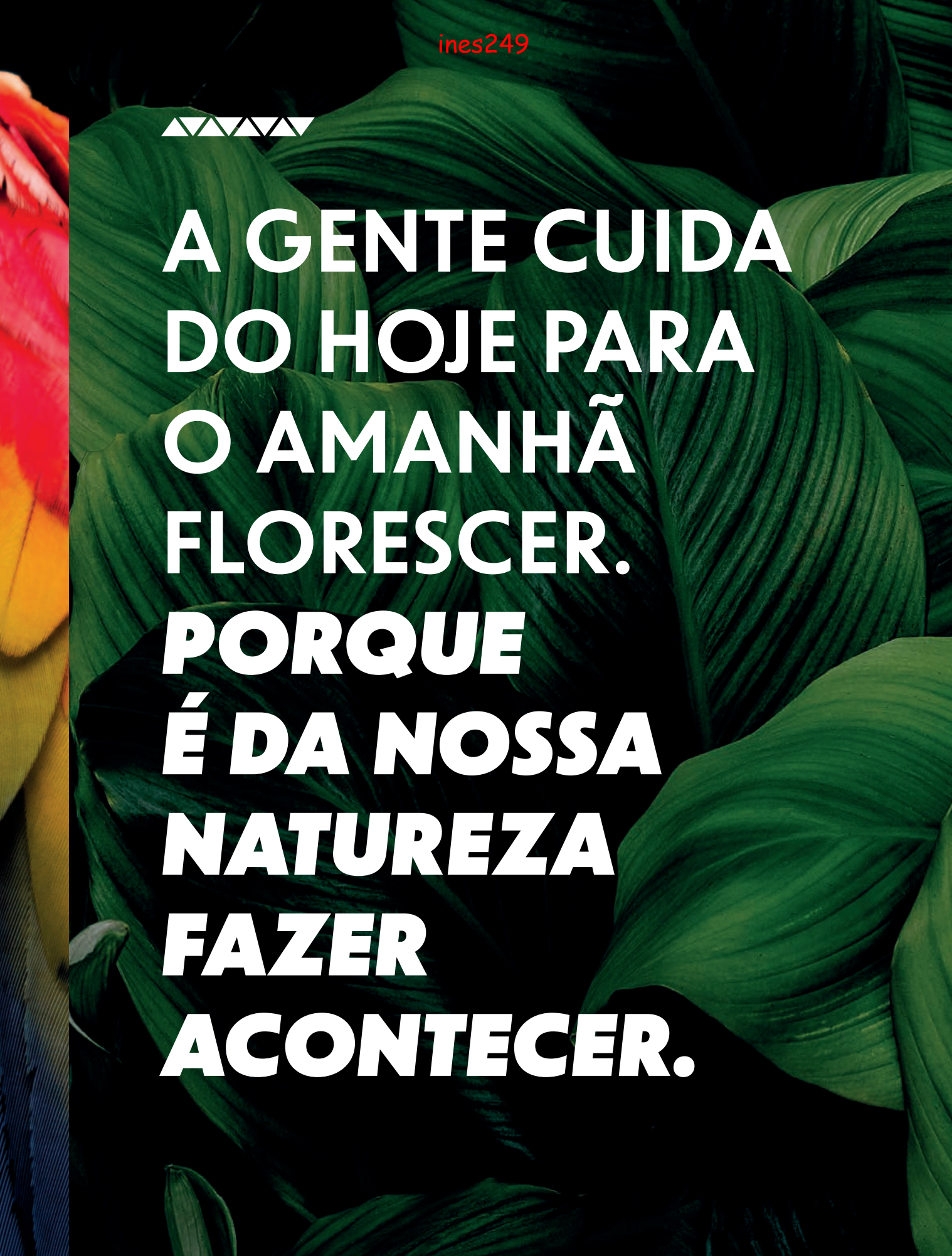
# CartaCapital


cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1388
R$ 31,90
19 DE NOVEMBRO DE 2025
01388
9 771809 669002
basset editora


# LAVANDERIA SOB NOVA DIREÇÃO

**INFILTRADAS PELO CRIME ORGANIZADO, AS *FINTECHS* SE TORNAM UM FATOR DE RISCO PARA O MERCADO FINANCEIRO. E NÃO SÓ NO BRASIL**

ines249



# A GENTE CUIDA DO HOJE PARA O AMANHÃ FLORESCER. **PORQUE É DA NOSSA NATUREZA FAZER ACONTECER.**

ines249

A CAIXA e o Governo Federal acreditam na construção, hoje, de um futuro justo, inclusivo e regenerativo.

Por isso, apoiamos diversos projetos e temos soluções que unem inovação, impacto social e meio ambiente, incentivando a transição para uma economia de baixo carbono, sem deixar ninguém para trás.

**Do saneamento básico à mobilidade limpa.**
**Da moradia digna ao apoio à cultura criativa.**
**Da inclusão social à autonomia financeira.**

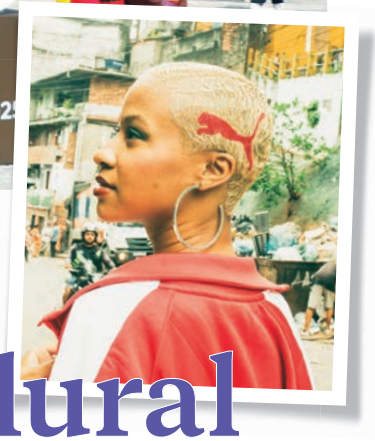
COP30 BRASIL AMAZÔNIA
BELÉM 2025

CAIXA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249
CartaCapital
*Tudo que importa para quem se importa*
—
19 DE NOVEMBRO DE 2025 • ANO XXXI • Nº 1388

Há razões para manter o otimismo na Conferência do Clima? Pág. 28



8 A SEMANA
11 FRED MELO PAIVA

## Seu País

20 CONGRESSO Hugo Motta passa rasteira em Lula e entrega PL Antifacção para bolsonarista relatar
23 JAMIL CHADE
24 SEGURANÇA O governo federal testa projeto-piloto em Natal para retomar territórios de facções
26 ALDO FORNAZIERI
27 CLAUDIO COUTO
28 CLIMA Metas modestas e avareza das nações ricas travam avanços na COP30

32 SUSTENTABILIDADE Marca francesa aposta em tênis de borracha da floresta
34 SAÚDE A polícia fecha o cerco aos produtores de *cannabis* medicinal

## Economia

36 ANÁLISE Precarização das condições de vida aflora a mentalidade fascista
38 ADALBERTO VIVIANI
39 PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.
40 ESTUDO Apoio consultivo e crédito estruturado ampliam a sobrevivência das pequenas empresas

## Nosso Mundo

42 CHILE Um quarteto reacionário disputa a vaga de opositor à comunista Janette Jara nas eleições
44 EUA No país mais rico, a pobreza crônica se alastra
46 TRABALHO Reformas ultraliberais aumentam a carga laboral pelo mundo

14 O DUTO DO CRIME
A CRUZADA PARA REGULAMENTAR E FISCALIZAR AS *FINTECHS* TEM DIMENSÃO INTERNACIONAL

# Plural

48 UM GÊNERO E SUAS NUANCES
ALVO DE UMA CPI NA CÂMARA MUNICIPAL, O FUNK TEM A SUA HISTÓRIA CONTADA E REVISTA NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

50 MÚSICA Os 50 anos de carreira de Djavan
52 CINEMA Pelo direito de se fazer filmes
54 IDEIAS Viveiros de Castro e a escuta antropológica 56 AFONSINHO 57 SAÚDE *Por Elnara Negri* 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

**Capa:** Pilar Velloso, Paulo Pinto/Agência Brasil e iStockphoto

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL E AFOTOGRACRIA

**CENTRAL DE ATENDIMENTO** FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

ines249

CartaCapital

**FUNDADOR:** Mino Carta (1933 - 2025)

**PUBLISHER:** Manuela Carta

**REDATOR-CHEFE:** Sergio Lirio
**EDITOR-EXECUTIVO:** Rodrigo Martins
**CONSULTOR EDITORIAL:** Luiz Gonzaga Belluzzo
**EDITORES:** Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
**REPÓRTER ESPECIAL:** André Barrocal
**REPÓRTERES:** Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

**DIRETORA DE ARTE:** Pilar Velloso
**CHEFES DE ARTE:** Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
**DESIGN DIGITAL:** Murillo Ferreira Pinto Novich
**FOTOGRAFIA:** Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
**REVISOR:** Hassan Ayoub
**COLABORADORES:** Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz, Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, Fred Melo Paiva, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Lígia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Cezar Soares, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Sylvia Colombo
**ILUSTRADORES:** Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

**CARTA ONLINE**
**EDITORA-EXECUTIVA:** Thais Reis Oliveira
**EDITORES:** Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
**EDITOR-ASSISTENTE:** Gabriel Andrade
**REPÓRTERES:** Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
**VÍDEO:** Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhães (Editora)
**ESTAGIÁRIOS:** Ana Luiza Sanfilippo e Danilo Roberto Silva Queiroz
**SITE:** www.cartacapital.com.br

**basset** editora
**EDITORA BASSET LTDA.** Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

**DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS:** Adalberto Viviani
**DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS:** Mara Lúcia da Silva
**GERENTE DE PROJETOS:** Mariana de Mello
**ANALISTA DE PROJETOS:** Gabriela Gomes de Oliveira
**GERENTE DE TECNOLOGIA:** Anderson Sene
**NOVOS PROJETOS:** Demetrios Santos
**AGENTE DE BACK OFFICE:** Verônica Melo
**CONSULTOR DE LOGÍSTICA:** EdiCase Gestão de Negócios
**EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

**REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:**
**BA/AL/PE/SE:** Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
**CE/PI/MA/RN:** AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
**MG:** Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
**OUTROS ESTADOS:** comercial@cartacapital.com.br

**ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA:** Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

**CARTACAPITAL** é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

**IMPRESSÃO:** Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
**DISTRIBUIÇÃO:** S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
**ASSINANTES:** Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

*Fale Conosco:* http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

*Edições anteriores:* avulsas@cartacapital.com.br

# CARTAS CAPITAIS

## *NÓ APERTADO*

Lula está certo ao criticar os elevados gastos militares no mundo, enquanto falta dinheiro para a agenda climática. É lamentável que tenhamos de conviver com líderes que preferem investir na morte do que na vida.
*Márcia Mascarenhas*

A ideia do Fundo Florestas Tropicais para Sempre é ótima. Quanto à gestão, tenho sérias dúvidas.
*Kiko Gomes Jr.*

## *QUE SUCESSO?*

Essa desastrosa operação só abriu novas vagas no mercado de trabalho do crime organizado, enquanto os coronéis do tráfico seguem bem, obrigado. O recrutamento será fácil, pois não exige experiência e a demanda é enorme.
*José Carlos Gama*

## *CANCELADOS NA OPERAÇÃO CONTENÇÃO*

O professor Pedro Serrano foi certeiro. Conforme prevê o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal, não há pena de morte no Brasil, salvo em caso de guerra declarada. Trata-se de uma cláusula pétrea, imutável. No entanto, alguns governadores, como Cláudio Castro, parecem não respeitar a Carta Magna nem dar ouvidos aos constitucionalistas. Promovem massacres nos morros e nas periferias como se tivessem um salvo-conduto para matar, movidos pela crença de que "bandido bom é bandido morto". Sabemos que políticos desse perfil buscam apenas dividendos eleitorais e escapar de julgamentos que lhes cabem.
*Paulo Sérgio Cordeiro Santos*

## *UM SÉCULO DE LUTA*

Nos seus 100 anos de vida, Clara Charf construiu um inestimável legado em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Um exemplo a ser seguido.
*Ana Cristina Pires*

## *UM ATOR NO ESPELHO*

No Brasil, o debate sobre o audiovisual ainda é raso. De um lado, a direita não tem nem capacidade intelectual nem vontade de ir além das críticas toscas. De outro, astros sempre contemplados nos editais públicos fingem que a lei é democrática, quando na realidade não é. Um artista pequeno dificilmente consegue algo. A aprovação do projeto pelo governo é apenas formal. Quem patrocina são as empresas beneficiadas por renúncias fiscais. Na prática, elas dão preferência a nomes já consagrados, usando isso como propaganda. Nesse jogo de espantalhos lógicos, os pequenos artistas só observam, à parte, na esperança de um dia serem apadrinhados pelo andar de cima.
*Rodrigo Mello*

## *O SOM DE MINAS*

Toda vez que morre um ícone de uma geração, especialmente uma tão luminosa quanto a do Clube da Esquina, sentimos uma tristeza quase ontológica, como se um pouco de tudo que foi vivido escorresse pelo funil do tempo implacável. Mas o legado da arte profunda é soberano, vigoroso e atravessa o tempo.
*Vagner Henrique Nazareth*

Parceiro de longa data do mestre Bituca, Lô Borges ajudou a eternizar canções inesquecíveis. O Clube da Esquina reuniu gênios da Música Popular Brasileira, e isso é raro, não acontece sempre. Vai com Deus, mestre Lô!
*Marcelo de Aquino*

**CARTAS PARA ESTA SEÇÃO**

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

ines249

# O FUTURO ACONTECE COM O BNDES

**Conheça esta linda história.**

ines249

**O mesmo vento que leva o balão de uma criança traz um futuro sustentável.**

**BNDES, o maior financiador de energia limpa do mundo, investe nos brasileiros e no planeta.**

**Saiba mais em bndes.gov.br**

BNDES

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249



## A PF bate à porta

A Polícia Federal deflagrou, na quarta-feira 12, uma operação para apurar possível obstrução das investigações sobre desvio de verbas de emendas parlamentares destinadas ao combate à Covid-19 no Tocantins. Entre os alvos de mandados de busca e apreensão estava o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos). Em setembro, ele havia sido afastado do cargo em meio a suspeitas de desvios de recursos públicos na compra de cestas básicas. A PF chegou a pedir sua prisão, mas a solicitação foi negada pelo Superior Tribunal de Justiça. A assessoria de Barbosa disse receber a batida policial "com estranheza", enquanto aguarda o julgamento de um *habeas corpus*.

# Alagoas/ À revelia das vítimas

Braskem fecha acordo de 1,2 bilhão de reais por danos geológicos em Maceió

A Braskem e o governo de Alagoas anunciaram, na terça-feira 11, um acordo de 1,2 bilhão de reais para compensar danos provocados pela mineradora na extração de sal-gema em Maceió, que causou o afundamento de cinco bairros. O valor, que ainda depende de homologação judicial, será pago em dez anos. Desse total, a petroquímica informou que 139 milhões de reais já foram pagos ao Estado.

Em 2023, a empresa já havia fechado acordo de 1,7 bilhão de reais para ressarcir danos à prefeitura de Maceió. Excluída mais uma vez das negociações, a população atingida criticou o novo acerto com o governo estadual. O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) observa que a própria Secretaria da Fazenda de Alagoas havia estimado o prejuízo em 30 bilhões de reais. "Como um dano de tal magnitude se reduz, de repente, a 1,2 bilhão? Que cálculos justificam tamanha renúncia?", questiona o grupo.

**Cinco bairros da capital afundaram por causa da imperícia da mineradora**

Coordenadora estadual do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Neirevane Nunes acrescenta que o governo alagoano privilegiou seus próprios interesses em detrimento de quem perdeu suas casas. "É dinheiro injetado na máquina do estado em um momento estratégico, próximo às eleições", diz. "Os atingidos pelo crime foram excluídos, não participaram dessas tratativas. Assim, o estado reproduz o erro histórico da prefeitura de Maceió em ignorar as vítimas da Braskem."

**O julgamento será retomado na próxima terça-feira, 18**

# STF/ A RATARIA NO BANCO DOS RÉUS

RECONDUZIDO À PGR, GONET PEDE CONDENAÇÃO DE MILITARES "KIDS PRETOS"

Na terça-feira 11, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu ao Supremo Tribunal Federal a condenação dos réus do núcleo militar da trama golpista. Um policial federal e nove oficiais do Exército – em sua maioria, integrantes das Forças Especiais, os chamados "kids pretos" – foram denunciados por organização criminosa, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

"Integrantes desse núcleo pressionaram agressivamente o Alto-Comando do Exército a ultimar o golpe, colocaram autoridades públicas na mira de medidas letais e se dispuseram a reunir forças militares terrestres em favor dos intentos criminosos", afirmou Gonet. Segundo a denúncia, um dos planos da "rataria", como eles próprios se definiam, era assassinar o presidente Lula e o vice Geraldo Alckmin, além do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Após as manifestações da PGR e das defesas, o julgamento foi suspenso. A sessão será retomada na próxima terça-feira 18, com a leitura do voto do relator, Alexandre de Moraes. Gonet, vale ressaltar, acaba de ser reconduzido ao cargo de procurador-geral pelo Senado.

ines249



# Obituário/ O colapso da "supertele"

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decreta a falência da operadora Oi

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decretou, na segunda-feira 10, a falência do Grupo Oi, mantendo provisoriamente suas atividades apenas para garantir a conexão da população e de órgãos públicos estratégicos. A decisão da 7ª Vara Empresarial do TJ ocorre após a empresa anunciar ao mercado, na sexta-feira 7, seu estado de insolvência.

O rombo impressiona: além dos 45,5 bilhões de reais em débitos com credores, a Oi acumulou mais 1,7 bilhão em dívidas durante a tentativa de recuperação judicial. A receita mensal, de 200 milhões, era ínfima diante do passivo, e o patrimônio estava quase zerado.

Um melancólico desfecho para a antiga "supertele nacional", que chegou a disputar mercado com gigantes estrangeiras como TIM, Telefónica (Vivo) e América Móvil (Claro). A companhia é fruto da privatização do Sistema Telebras em 1998. Inicialmente como Telemar, a empresa atuava em mais de 60% do território nacional. A partir de 2002, adotou o nome Oi.

A conexão dos clientes será mantida por pouco tempo

Seis anos depois, a operadora comprou a Brasil Telecom, que atuava nas regiões Sul e Centro-Oeste. Em 2013, fundiu-se à Portugal Telecom, com a promessa de receber um aporte bilionário da companhia europeia, mas ele nunca se concretizou: o dinheiro estava aplicado em títulos podres de uma subsidiária do banco português Espírito Santo, que quebrou meses depois, deixando a Oi sem controle sobre a dívida contraída em sua expansão.

## Menor inflação em 27 anos

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do País, ficou em 0,09% em outubro, o menor resultado para o mês desde 1998, segundo dados divulgados pelo IBGE na terça-feira 11. O índice mostra uma desaceleração em relação a setembro, quando os preços haviam subido 0,48%, puxados pelo aumento na conta de luz. A variação também veio abaixo das projeções do mercado, que esperava alta entre 0,10% e 0,16%. Esse resultado reforça a expectativa do governo por uma redução dos juros. No último dia 5, o Comitê de Política Monetária do Banco Central manteve a Taxa Selic em 15% ao ano. Com isso, o Brasil segue com a segunda maior taxa de juros real do mundo, atrás apenas da Turquia.

# TSE/ PARA O FIM DO MANDATO

JULGAMENTO DA CASSAÇÃO DE GOVERNADOR DE RORAIMA É ADIADO OUTRA VEZ

Pela terceira vez, um pedido de vista interrompeu, na terça-feira 11, o julgamento do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), no Tribunal Superior Eleitoral. Desta vez, quem solicitou mais prazo para analisar os autos foi o ministro Kassio Nunes Marques. Antes dele, André Mendonça, também indicado por Jair Bolsonaro e fundador de um instituto que mantém contratos com o governo roraimense, havia paralisado o processo duas vezes, mas ao final votou pela cassação, acompanhando a relatora Isabel Gallotti.

Denarium é acusado de abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Na campanha de reeleição, distribuiu cestas básicas, ampliou gastos com publicidade e reformou casas de eleitores, entre outras práticas vedadas pela legislação eleitoral, segundo denúncia do Ministério Público. Até o momento, há dois votos favoráveis à cassação e nenhum pela absolvição. Com o pedido de vista de Nunes Marques, o caso pode arrastar-se até 2026. Se outros ministros seguirem o mesmo caminho, é possível que o bolsonarista conclua seu mandato antes de um desfecho na Corte.

Denarium sorri a cada novo pedido de vista nos autos de seu processo

NONATO SOUSA/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, REDES SOCIAIS/OI TELEFONIA, JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL E ROSINEI COUTINHO/STF

ines249



## Na masmorra de Bukele

Um relatório da Human Rights Watch, divulgado na quarta-feira 12, denuncia a prática de tortura sistemática contra os 252 venezuelanos enviados pelos EUA a um megapresídio em El Salvador entre março e abril, incluindo espancamentos, abuso sexual e nudez forçada. A investigação de oito meses reuniu cerca de 200 depoimentos, entre eles relatos de 40 presos, além de informações passadas por advogados, familiares e outras fontes próximas. Dentre os deportados para o Cecot, centro de detenção usado pelo presidente Nayib Bukele como vitrine de sua política de linha-dura no combate a gangues e cartéis, 48,8% não tinham antecedentes criminais nos EUA e apenas 3,2% haviam sido condenados por delitos violentos. Três vítimas relataram violência sexual, incluindo um detento obrigado a fazer sexo oral em um guarda após ser espancado em uma cela de isolamento.

Alguns endinheirados encaravam essa cena como mera "diversão"

MIKE PERSSON/AFP

# Cerco de Sarajevo/ Safári humano

Justiça italiana investiga "turismo de *snipers*" durante a Guerra da Bósnia

O Ministério Público de Milão abriu uma investigação sobre a participação de cidadãos italianos em "safáris humanos" durante o cerco de Sarajevo, um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Bósnia (1992–1995), que deixou 11,5 mil mortos e 60 mil feridos. Segundo a denúncia, os suspeitos pagavam entre 80 mil e 100 mil euros a milícias sérvias e intermediários para serem posicionados em colinas ao redor da cidade, com o objetivo de atirar em civis, incluindo crianças, por "diversão". As excursões partiam de Trieste, na Itália, a 600 quilômetros de Sarajevo.

O caso veio à tona após uma investigação conduzida pelo escritor italiano Ezio Gavazzeni, que relatou ao jornal *La Repubblica* ter ouvido sobre o "turismo de *snipers*" ainda nos anos 1990 e voltou a reunir depoimentos de testemunhas e possíveis provas do envolvimento de compatriotas após o lançamento do documentário esloveno *Sarajevo Safari*, em 2022. "Estamos falando de pessoas ricas, com reputação, empresários, que durante o cerco de Sarajevo pagavam para matar cidadãos desarmados. Eles saíram de Trieste para uma caçada humana e depois retornaram às suas vidas respeitáveis."

De acordo com o promotor Alessandro Gobbis, os suspeitos podem responder pelo crime de homicídio doloso, com agravante de crueldade e motivo torpe. Muitas das vítimas eram civis que saíam de suas casas para buscar mantimentos essenciais. A polícia milanesa já iniciou a convocação de testemunhas, incluindo um ex-oficial da inteligência bósnia, para ajudar a esclarecer a dinâmica do esquema e identificar os responsáveis.

ines249



FRED MELO PAIVA

# Cabaré em chamas

▶ Seif ataca Campagnolo, que ataca Carluxo. Mauro Mendes ataca Bananinha, que ataca Mendes e ataca Nikolas

Olá, estas são as NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! O semanário de bordo da nossa viagem na maionese, a prova material da máxima infalível: de onde menos se espera é que não vem nada mesmo. Veja o caso do PL Antifacção relatado por Guilherme Derrite (PP): que tal resolver o problema do crime organizado enfraquecendo a Polícia Federal? Rapaz, como ninguém tinha pensado nisso antes? Se bem que pensaram. Foi na PEC da Blindagem. Hummm... Cê tá pensando que eu sou *loki*, bicho? Sou malandro velho e não tenho nada com isso.

MARIDO DE ZAMBELLI PARALISA ROMA COM MEGAMANIFESTAÇÃO. "Tenho certeza que vai tocar o coração da NOSSA PRIMEIRA-MINISTRA Meloni", viajou o coronel Antônio Aginaldo de Oliveira, o Vaginaldo, em vídeo publicado por Zé Trovão (PL). Jogada aos leões, Zambelli (PL) aparece na camiseta do marido em frente ao Coliseu. O filho do casal, João, celebrou o "sucesso da manifestação", que reuniu SEIS PARTICIPANTES.

E ATENÇÃO! DUTERTE DECLARA APOIO A FLÁVIO BOLSONARO PARA PRESIDENTE EM 2026. A atriz Regina Duterte, ex-secretária contra a Cultura no governo Bolsonaro, afirmou em suas redes considerar a candidatura do atual senador do PL como "A PROPOSTA MAIS INSPIRADORA PARA O PAÍS". Duterte soprou o berrante: "Diz aí, o que você pensa? Sou totalmente aberta à emissão de opiniões contraditórias". NH é a favor da emissão de gases de efeitos flatulentos. E contra flatos não há argumentos!

**Vamos agora** às últimas informações sobre o incêndio de grandes proporções ainda em curso no cabaré. SEM ACESSO AO GARDENAL, BANANA ACUSA CHUPETA DE ABANDONAR "BOZO". Em postagem mais tarde apagada, Bananinha (PL) atacou Chupetinha (PL). "A briga na direita é simples. Nikolas quer se livrar do Bolsonaro de vez. Ele está liderando uma dissidência. 'Temos que nos descolar do BOZO sem perder o eleitor'", descascou Banana, que dessa vez escolheu chamar o pai de Bozo em vez de ingrato do *caraglio*. "Querem continuar sendo eleitos pelos bolsonaristas, mas não querem mais prestar contas ao Bolsonaro."

"EDUARDO ENLOUQUECEU", diagnosticou o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil). Queremos *royalties*! "Está lá nos EUA, longe da realidade, FALANDO MERDA." A que respondeu Bananinha: "Não me culpe pela sua frouxidão. Se tô hoje aqui vivendo no exílio é por causa de POLÍTICOS BOSTAS IGUAL O SENHOR". É cocô para todo lado.

Em Santa Catarina, segundo informações da sucursal de Balneário Camboriú, o pau segue quebrântico entre os internos da ala manicomial. A cizânia se dá, claro, em torno da candidatura ao Senado do vereador federal Carlos Bolsonaro (PL) pelo estado onde "quase morei".

O senador Jorge Seif (PL), cabo eleitoral de Carluxo, disparou contra a deputada estadual Ana Campagnolo (PL), contrária à candidatura de Zero Dois. Acabou acertando... as professoras, que coisa! "NÃO ERA NADA ATÉ ONTEM, ERA PROFESSORA", disse o senador que era secretário da Pesca.

Enquanto o cabaré pegava fogo, o governador Jorginho Mello (PL) exibiu em suas redes o "PASSAPORTE CATARINA", e falou sobre "pedir visto" para migrantes que quiserem se mudar para o Alabama do Sul.

THAT'S ALL FOLKS! Vamos ali dar uma suicidada e já voltamos. NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO nunca desliga. •

*Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série* O Infiltrado. *Autor dos livros* O Atleticano Vai ao Paraíso *e* Bandido Raça Pura.

ILUSTRAÇÃO: PILAR VELLOSO, ISTOCKPHOTO E MARCOS BRANDÃO/AGÊNCIA SENADO

ines249

# BRASIL, CUIDANDO DO CLIMA COM AÇÃO E LIDERANÇA

Da energia limpa à agricultura sustentável, o Brasil avança como exemplo para o mundo. Na COP30, o Brasil mostra sua diversidade e seu compromisso com um futuro mais verde para todos.

**GOVERNO DO BRASIL**
DO LADO DA COP30,
DO LADO DO
POVO BRASILEIRO

**COP30.BR**

ines249

COP30 BRASIL AMAZÔNIA
BELÉM 2025

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ines249



# O DUTO DO CRIME

## A CRUZADA PARA REGULAMENTAR AS *FINTECHS* TEM DIMENSÃO INTERNACIONAL

*por* CARLOS DRUMMOND

A principal instituição financeira do País, segundo os usuários, não é o Itaú, o Bradesco ou o Banco do Brasil, inconfundíveis e tradicionais, com suas logomarcas e cores próprias em cada esquina do Brasil, mas o Nubank, *fintech* criada em 2013 que não tem agências físicas, não capta depósitos e opera totalmente *online* por meio de aplicativos e da internet. É o que apurou um levantamento da empresa de pesquisas de mercado Okiar. O Nubank é preferido por 21,7% da população, o Itaú por uma parcela de 14,2% e o Bradesco, por 12%. Em outubro, seu valor de mercado, de 77,7 bilhões de dólares, superou, pela primeira vez, aquele da Petrobras, maior estatal brasileira e detentora do direito à exploração de milhões de barris de petróleo. PicPay, PagSeguro, XP Investimentos, Mercado Pago e C6 Bank são outros integrantes do que poderia ser chamado "Lado A" das *fintechs*. O lado B inclui o 2Go Bank e o InvBank, citados pela Polícia Federal como suspeitos de utilização pelo PCC para lavagem de dinheiro, o T10 Bank, usado em esquemas de criptomoedas em conexão com o crime organizado, e o BK Bank, braço financeiro do Primeiro Comando da Capital, entre várias instituições menos conhecidas.

Os lados A e B encontram-se tão distantes um do outro quanto as avenidas Faria Lima e Sapopemba, mas pertencem ao mesmo sistema financeiro, assim como as duas vias integram a cidade de São Paulo. Mas por que as *fintechs* passaram a ser usadas com tanta desenvoltura por criminosos? Há alguns motivos: regulação frouxa ou inexistente, dificuldade de rastreamento das transações e o uso desbragado de operações dissimuladas, entre elas as chamadas "contas-bolsão", subterfúgio que permite esconder os donos do dinheiro. Essa flexibilidade, digamos assim, amparada no avanço tecnológico, transformou as instituições *hitech* na principal e mais eficiente alternativa aos bancos tradicionais para quem lava dinheiro e quer esconder o patrimônio. A lavanderia global tem novos sócios, está sob nova administração, e novos meios de entregar o serviço à clientela.

**NO BRASIL, O CENTRÃO E O BOLSONARISMO TENTAM LIMITAR O PODER DE FISCALIZAÇÃO DO ESTADO**

A existência de uma enorme zona cinzenta na qual operam as *fintechs*, a despeito do grupo de empreendimentos que aposta na idoneidade, deve-se, em grande medida, no caso brasileiro em particular, ao sucateamento das agências e atividades regulatórias, um dos entulhos criados pela criminalização do gasto públi-

ines249

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E DIOGO ZACARIAS/MINISTÉRIO DA FAZENDA

co e da política fiscal pelo neoliberalismo, fato bem documentado em estudos de economistas. O uso crescente dessas instituições pelo crime organizado tem exigido um aperto fiscalizatório e tributário por iniciativa do Banco Central e do Ministério da Fazenda, mas o esforço encontra forte resistência no Congresso, dominado pelo Centrão, em conluio com o bolsonarismo. O Projeto de Lei que aumenta a tributação das *bets* e *fintechs*, gongado recentemente, continua a enfrentar resistências significativas no Parlamento, sob a desculpa esfarrapada de que os brasileiros não aguentam mais pagar impostos. Senadores avisaram o ministro Fernando Haddad ser alta a probabilidade de a medida, redesenhada pelo Executivo, ser novamente barrada.

O flagrante de *fintechs* a lavar dinheiro do crime na bem-sucedida Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, em plena Avenida Faria Lima, coração das finanças privadas nativas, alarmou o governo e ao menos três medidas foram tomadas. O BC

**A Operação Carbono Oculto desvelou o vínculo entre a Avenida Faria Lima e o crime organizado. O ministro Fernando Haddad continua a enfrentar resistências para taxar as *fintechs* e as *bets***

ines249

**O Banco Central adotou novas normas, mas a Comissão de Valores Mobiliários mantém o histórico de leniência em relação aos comportamentos "heterodoxos" do setor financeiro. O Congresso, bem...**

aumentou as exigências de capital mínimo para as instituições, de 1 milhão para 9,2 milhões de reais, e decretou a extinção das "contas-bolsão", usadas por facções. A Receita, por sua vez, anunciou a exigência de compartilhamento de informações a respeito das contas dos clientes, como se cobra das instituições tradicionais. Das cerca de 2 mil empresas em operação no mercado, estima-se que ao menos 500 teriam dificuldades para cumprir a regra de aumento de capital, o que tende a estimular um movimento de fusões e aquisições no setor.

Segundo Edemilson Paraná, professor de Economia Política na LUT University, da Finlândia, as medidas anunciadas pelas autoridades brasileiras representam um passo importante e necessário, mas não fecham todos os dutos. É preciso, defende, um esforço coordenado de regulação e controle, com supervisão ativa e colaborativa de diferentes órgãos e agências. Além de ampliar o escopo regulatório para alcançar as instituições financeiras não bancárias, ressalta Paraná, é preciso treinar e aparelhar adequadamente os órgãos de supervisão e controle, que hoje se encontram limitados em termos de infraestrutura de trabalho, particularmente de pessoal. É fundamental que esse esforço de supervisão, controle e até de coação seja articulado em termos de compartilhamento e coordenação de informações e ações entre os diferentes atores, frisa o economista.

"As medidas fecham algumas brechas, mas não todas, porque a questão principal são as normas de constituição de fundos de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários. O Banco Central cobre uma parte do sistema, mas o principal está com a CVM. A identificação do CPF pela Receita é extremamente importante", destaca Manfred Back, professor de Economia e ex-*trader* de renda variável. Para fechar ainda mais as válvulas de escape para a prática de crimes, prossegue Back, é necessária a unificação da fiscalização pelo BC. Hoje, só as *fintechs* que oferecem crédito dependem de uma aprovação da autoridade monetária. Com as medidas recentes, o problema não acaba, mas diminui. A questão maior, conclui o professor, é ética, e de livre iniciativa, de instituições aceitarem dinheiro sem perguntar a origem. "O problema a solucionar é o seguinte: quem fiscalizará os *compliances*?"

**O FMI ALERTA PARA OS RISCOS DE UMA CRISE SISTÊMICA SEMELHANTE ÀQUELA DE 2008**

Para a advogada Lucía Ferrés, sócia da Ferrés Advogados, a CVM adota uma estratégia regulatória de comando e con-

REGINA ASSIS, KAYO MAGALHÃES/AGÊNCIA CÂMARA, REDES SOCIAIS/CVM E ISTOCKPHOTO

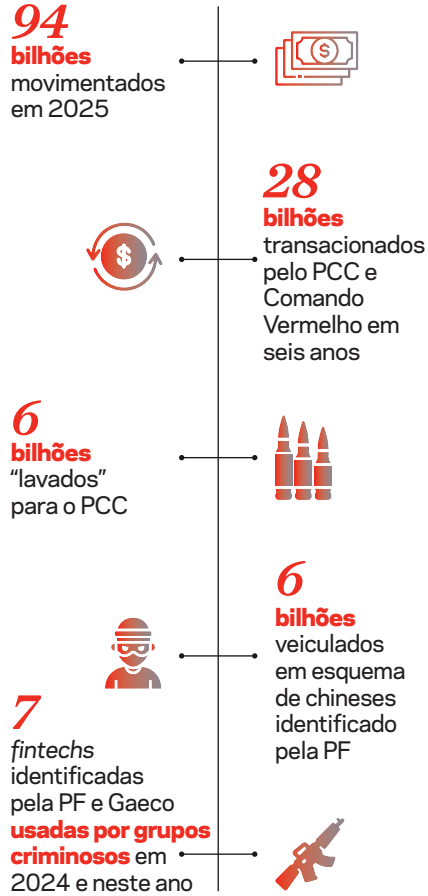
ines249

## *FINTECHS* NO BRASIL – GRANDES NÚMEROS

77% de aumento no número de *fintechs* em **cinco anos**
2.048 *fintechs* em **operação**
100 **mil** empregos no setor
3.000 *fintechs* é o total projetado para **2027**
250 **milhões** de contas digitais
7º **país** com mais *fintechs*

Fontes: ABFintech, A&S Partners, jornais e revistas

## ALGUNS USOS DE *FINTECHS* PELO CRIME (em reais)


94 **bilhões** movimentados em 2025
28 **bilhões** transacionados pelo PCC e Comando Vermelho em seis anos
6 **bilhões** "lavados" para o PCC
6 **bilhões** veiculados em esquema de chineses identificado pela PF
7 *fintechs* identificadas pela PF e Gaeco **usadas por grupos criminosos** em 2024 e neste ano

Fonte: reportagens publicadas em jornais e revistas

trole, o que demanda fiscalização intensiva e punição de todas as infrações apuradas. A escassez de recursos orçamentários frequentemente alegada pela autarquia compromete, entretanto, sua capacidade de executá-la. "O resultado inevitável é o comprometimento da supervisão preventiva eficaz no mercado, levando a uma atuação mais reativa, que responde a problemas estabelecidos em vez de antecipá-los. Uma fiscalização preventiva, ativa e abrangente é fundamental, e poderia, em tese, ter detectado vários esquemas fraudulentos como os investigados pela Operação Carbono Oculto. O que se viu ali e em inúmeros casos foi fiscalização muito aquém do necessário e investigação e reação tardia da CVM. O modelo regulatório atual da autarquia precisa ser debatido. É uma abordagem teórica que desencadeia resultados práticos", sublinha Ferrés, autora de um livro sobre a regulação do mercado de valores mobiliários. *CartaCapital* perguntou à Comissão sobre a grave vulnerabilidade do sistema regulatório vigente no mercado de capitais, evidenciada nos crimes apontados pela Carbono Oculto, o modelo obsoleto e a falta de capacidade financeira. Recebeu uma resposta lacônica: "A CVM acompanha e analisa informações e movimentações relacionadas ao mercado de valores mobiliários, tomando medidas cabíveis, sempre que necessário. A Autarquia não comenta casos específicos".

As normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BC vão na direção correta ao ampliar as exigências prudenciais e tratar pontos de fragilidade que favoreciam a utilização das *fintechs* e demais instituições reguladas para lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas, destaca Marcel Mascarenhas, sócio do Warde Advogados e ex-Procurador-Geral-Adjunto do Banco Central. Ainda há, porém, desafios relevantes para a prevenção e o combate à criminalidade no setor financeiro, que exigem fiscalização contínua, articulação institucional e inteligência. Um ponto de preocupação, sublinha Mascarenhas, é a insuficiência do quadro de pessoal do Banco Central, no menor nível histórico, e a ausência de recursos, ou mesmo de autonomia orçamentária, para fazer frente ao dinamismo do crime organizado, que parece estar sempre um passo à frente da ação estatal. Uma demanda recorrente no mercado, prossegue o advogado, é o acesso rápido a informações sobre operações suspeitas. Isto é, quando um banco ou *fintech* identifica operação suspeita com algum cliente e comunica os indícios ao BC ou ao Conselho de Controle da Atividade Financeira, a informação nem sempre chega às demais instituições do mercado. O BC fez ajustes na regulação do Pix e de outros serviços de pagamento para possibilitar compartilhamento de aler-

ines249



tas entre as instituições reguladas. "A Resolução Conjunta CMN/BCB nº 6, de 2023, foi um notável esforço nesse sentido. O Regulamento do Pix também foi atualizado algumas vezes para possibilitar acesso mais amplo aos alertas de segurança relacionados a transações suspeitas", diz Mascarenhas.

A expansão das *fintechs*, a falta de regulação e seu uso pela criminalidade preocupam além das fronteiras brasileiras. Não são poucos os alertas de elevação significativa do risco de contaminação do conjunto do sistema financeiro, cada vez mais interligado, fator explosivo diante da probabilidade considerada elevada de uma nova crise financeira global. O mundo precisa ficar de olho em *fintechs*, fundos *hedge*, seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento e outras instituições não bancárias, menos supervisionadas, mas detentoras de metade dos ativos financeiros mundiais e do volume diário no mercado cambial, anotou o Fundo Monetário Internacional em alerta emitido em meados deste mês sobre novos riscos para a estabilidade financeira do planeta. "Os formuladores de políticas devem fortalecer a supervisão dos intermediários financeiros não bancários, cuja crescente interconexão com os bancos pode exacerbar choques adversos", afirma o economista Tobias Adrian, conselheiro e diretor do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI. Adrian lidera o trabalho da instituição em supervisão e capacitação, políticas monetárias e macroprudenciais, regulação financeira, gestão da dívida e mercados de capitais. Foi vice-presidente sênior do Federal Reserve de Nova York e lecionou nas universidades de Princeton e de Nova York.

A valorização excessiva de ativos e as pressões nos principais mercados de títulos soberanos, prossegue Adrian, mantêm elevados os riscos de instabilidade em meio à crescente incerteza econômica. As vulnerabilidades podem ser amplificadas pelo crescimento das instituições financeiras não bancárias, devido à sua importância cada vez maior como formadoras de mercado, provedoras de liquidez e intermediárias nos mercados de crédito privado, imobiliário e de criptomoedas. "Conforme detalhamos em nosso novo Relatório de Estabilidade Financeira Global, os testes de estresse mostram que as vulnerabilidades desses intermediários não bancários podem transmitir-se rapidamente ao sistema bancário central, amplificando os choques e complicando o gerenciamento de crises", acrescenta o economista.

Seguradoras, fundos de pensão e fundos de investimento, apesar de não captarem depósitos, desempenham um papel cada vez mais importante nos mercados globais. Essa mudança na intermediação financeira exige uma abordagem mais abrangente e voltada para o futuro na avaliação de riscos. Ao contrário dos bancos, as instituições não bancárias, em sua maioria, operam sob uma regulamentação prudencial mais branda. Além disso, muitas proveem informações limitadas sobre ativos, alavancagem e liquidez, o que dificulta a detecção de vulnerabilidades. Elas podem facilitar as atividades do mercado de capitais e canalizar crédito para tomadores, prossegue Adrian, mas a sua expansão também "aumenta a tomada de riscos e a interconexão no sistema financeiro". Nos Estados Unidos e na Zona do Euro, diz o economista do FMI, muitos bancos têm exposições a instituições não bancárias que excedem seu capital de Nível 1, reserva crucial que permite a uma instituição absorver perdas e manter-se estável em tempos de crise. Da mesma forma, as *fintechs* e assemelhadas agora respondem por metade do volume diário de negócios no mercado cambial, mais que o dobro de sua participação há 25 anos, como demonstramos no Relatório de Estabilidade Financeira Global.

**AS *FINTECHS* SUBSTITUÍRAM OS BANCOS TRADICIONAIS NOS ESQUEMAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO**

Fontes do governo brasileiro confirmam um crescimento exponencial das chamadas NBFI, as Non-Bank Financial Intermediaries Institutions. Ou seja, instituições que não são bancos, mas fazem intermediação financeira. A participação dos *hedge funds* nos leilões do Tesouro, seja o canadense, o norte-americano ou o inglês, expandiu-se vertiginosamente. A liquidez hoje está muito mais nesses empreendimentos do que nos bancos, apontam relatórios internacionais. Muitas vezes um Banco Central ou autoriza e não regula e supervisiona adequadamente, ou nem autoriza, nem regula, nem supervisiona essas instituições. O BC brasileiro não tem nenhum poder sobre os *hedge funds* atualmente. E a maior parte dos títulos públicos do País, que é o que realmente importa para as oscilações da curva de juros, está nas mãos deles.

ISTOCKPHOTO E GAGE SKIDMORE

ines249

O FMI está preocupado com o peso cada vez maior no sistema financeiro global das instituições não-bancárias. O fracasso do plano de Liz Truss levou a mudanças regulatórias no Reino Unido

Há uma discussão crucial nessa área, não só no Brasil. O Banco Central da Inglaterra, após o fracasso do plano econômico da ex-primeira-ministra conservadora Liz Truss, criou infraestruturas para injetar liquidez nesses fundos, casos eles venham a enfrentar problemas. O motivo? Eles ficaram grandes demais para quebrar. Ou seja, oferecem um risco nada desprezível ao sistema financeiro da ilha. Ao contrário dos BCs usuais como concebidos originalmente, onde a infraestrutura para prover liquidez só pode ser acionada por bancos, na Inglaterra atual, a função abrange fundos de pensão e seguradoras. O Fed, Banco Central dos Estados Unidos, também criou uma *repo facility*, mecanismo de recompra ao alcance de autoridades monetárias estrangeiras, para dar liquidez aos *hedge funds*. O Banco do Canadá aumentou, por sua vez, a abrangência da infraestrutura para prover liquidez. O Financial Stability Board, instituição da qual o Brasil faz parte, e os reguladores de mercado alemães têm afirmado que não pretendem apenas dar liquidez para instituições não bancárias quando preciso, mas supervisioná-las e regulá-las.

Economistas do setor financeiro e o próprio BC nacional defendem uma proposta de emenda constitucional que permita o aumento do perímetro regulatório para alcançar esse tipo de empreendimento e reduzir o risco do sistema, em sintonia com as tendências internacionais mais avançadas. Uma complicação adicional é a conexão direta entre as *fintechs* de pagamento e os criptoativos, principalmente *stable coins* vinculados ao dólar, com *status* formal elevado por decisão do governo Trump.

"Os sinais de alerta estão por toda parte e são perturbadoramente familiares. Os preços dos ativos estão subindo muito além do que pode ser justificado pelos fundamentos subjacentes, enquanto as instituições financeiras não bancárias agora desempenham um papel semelhante ao dos 'bancos paralelos' na crise financeira de 2008. Ao mesmo tempo, a ascensão das *stable coins* levou os bancos regulamentados para o mundo opaco das criptomoedas, e vastas somas de capital especulativo inundam as ações de Inteligência Artificial, impulsionadas mais pela euforia do que por retornos comprovados", elencou em artigo recente a economista Jayati Ghosh, professora na Universidade de Massachusetts Amherst e copresidente da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional. "O desmantelamento das já frágeis regulamentações financeiras sob o governo do presidente Donald Trump só agravou a ameaça." Crime e crise, neste caso, andam perigosamente juntos. •

ines249



# Na mão grande

**CONGRESSO** Com o apoio de Motta, o bolsonarismo se apropria e insiste em desfigurar o PL Antifacção. Mas o plano tem furos

POR ANDRÉ BARROCAL

Furto custa quatro anos de cadeia. A pena dobra quando o autor se aproveita da confiança da vítima. A Lei Antifacção proposta pelo governo Lula contra o crime organizado foi surrupiada metaforicamente na Câmara dos Deputados. Enquanto bandeira política, foi parar nas mãos do bolsonarismo. Seu nome e teor de momento não lembram em nada a proposta presidencial. O líder do PT, Lindbergh Farias, citou nas redes sociais a acusação de furto com abuso de confiança. E culpou Guilherme Derrite, o deputado PM que é secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo. Derrite encaixa-se melhor no papel de receptador. O verdadeiro culpado, aquele que afanou a lei lulista e entregou ao receptador, é outro, o presidente da Câmara, Hugo Motta.

Cabe a Motta decidir o deputado que dá a cara final a um projeto antes da votação. É uma prerrogativa do cargo. O paraibano designou Derrite para cuidar da lei lulista. Quando a escolha do relator foi feita, o destino da proposta estava selado. Nas primeiras versões do relatório, o deputado pesou nas penas, do jeitinho que o direitismo gosta, igualou condutas violentas da bandidagem àquela dos terroristas, novo dogma dos reacionários, e quis escantear a Polícia Federal das investigações sobre o PCC, CV e cia. O governo revoltou-se, espancou o texto de Derrite. Na sociedade, levantaram-se vozes contra os propósitos do deputado, caso do promotor paulista Lincoln Gakiya, experiente em PCC. Motta marcou a votação assim mesmo. Só desistiu na última hora, depois de cinco governadores direitistas, entre eles o "herói" da vez, Cláudio Castro, irem a Brasília e sugerirem o adiamento.

**Alguns partidos** seguiram a toada, como o Republicanos de Motta. Mais cedo, a ministra da área política do governo, Gleisi Hoffmann, também tinha defendido mais tempo para negociações. Tudo somado, Derrite viu-se obrigado a requerer a Motta que a votação não ocorresse. Uma derrota para o linha-dura? Em princípio, sim. As polêmicas do relatório foram usadas pelos governadores como argumento para adiar. Castro comentou que havia risco de certas medidas serem derrubadas na Justiça. Minutos depois de Motta jogar a votação para o dia 18, um integrante do governo, participante das negociações do projeto, disse a um interlocutor: "Eles querem retomar a ideia de narcoterrorismo, de equiparar facção a terrorismo". Intenção que teria sido verbalizada nos bastidores por Sóstenes Cavalcante, líder do PL, o partido de Castro e, até maio, o de Derrite, que agora integra o PP.

**Críticas.** *Expert* em PCC, o promotor Gakiya demole as ideias de Derrite

No dia da viagem dos governadores a Brasília para reunir-se com Motta, uma pesquisa mostrou que 73% dos brasileiros apoiam a equiparação das organizações criminosas a terroristas e que 45% acham que o Brasil deveria pedir apoio aos Estados Unidos contra o tráfico no Rio (50% discordam). Os números da Genial/Quaest sobre violência em geral e a recente matança policial no Morro do Alemão revelam uma população com sangue nos olhos. A ação da PM de Castro contra o Comando Vermelho foi aprovada por 67%. Os defensores de penas mais altas e de que a Justiça não solte presos são 46%. Dois dados servem de alerta para Lula: 81% divergem de uma frase dita por ele, de que traficante é "vítima" de usuário de droga, e 57% não pensam que a operação fluminense tenha sido

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 34
**Saúde.** A polícia amplia a repressão às associações que produzem *cannabis* medicinal

**Títere.** O presidente da Câmara "surrupiou" o projeto do governo Lula e escolheu o preposto do governador paulista Tarcísio de Freitas para o serviço

REDES SOCIAIS/PROGRESSISTAS E LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

"desastrosa" como o petista a definiu.

A violência é a maior preocupação nacional na pesquisa: 38% colocam-na no topo da lista. Avanço expressivo em um ano. Em outubro de 2024, eram 17%. Em maio, 27%. Em setembro, mês anterior ao do massacre policial no Rio, 29%. A Lei Antifacção desenhada pelo Ministério da Justiça é uma das respostas federais ao problema, da mesma maneira que a PEC da Segurança Pública. A lei foi enviada por Lula ao Congresso em 31 de outubro, três dias após a operação ordenada por Castro. Uma ação policial que o juiz Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e o relator da CPI do Crime Organizado, o senador Alessandro Vieira, do MDB, querem que seja devidamente esclarecida pelo governador fluminense.

Em 30 de outubro, aliados de Derrite, se não o próprio, contaram a um jornalista da CNN Brasil que o secretário elaborava um relatório para tratar facção criminosa como terrorista. O deputado sequer exercia o mandato. Estava de licença desde 2023, para comandar a Secretaria de Segurança Pública paulista, função imposta ao governador Tarcísio de Freitas pelo clã Bolsonaro. O retorno à Câmara e a tentativa de emplacar na legislação a ideia de "narcoterrorismo" tinham sido combinadas no escurinho com Motta. Equiparar facção e terrorismo era o objetivo de uma proposta de Danilo Forte, do União Brasil do Ceará. O governo era contra e achou que havia marcado um gol ao ver Motta à frente de sessões plenárias que impediram o texto de Forte de ir a voto em uma comissão da Câmara na semana anterior. Engano. Era teatro.

**Os registros** da Câmara apontam que Derrite reassumiu o mandato em 6 de novembro. No dia seguinte, o presidente da Casa informou no ex-Twitter que o havia designado para cuidar da Lei Antifacção, cujos pilares são o aumento de penas, a criação de um crime específico para integrantes de facções, o confisco de bens oriundos do crime organizado, a infiltração de empresas fictícias em esquemas criminosas e a determinação de que plataformas e *fintechs* facilitem o acesso a dados que permitem localizar investigados. Em suma, uma aposta maior no uso de inteligência e asfixia financeira. Duas horas após Motta anunciar o relator, Derrite entregava um parecer de 32 páginas que estava no forno e guardava pouca semelhança com a lei lulista. Até o nome mudou: Marco Legal de Combate ao Crime Organizado.

Derrite escreveu mais três versões do relatório. Aquela que deveria ter sido votada no dia do adiamento foi apresentada

ines249



**Dispersão.** Pelo desejo inicial do Centrão e dos bolsonaristas, a Polícia Federal seria excluída das investigações sobre o crime organizado nos estados

em uma entrevista com ele, Cavalcante e próceres da extrema-direita, entre eles Bia Kicis (PL), Marcel van Hattem (Novo) e Kim Kataguiri (União Brasil). No meio da turma, Motta. Que, ao explicar a escolha de Derrite como relator, disse: "Para o tema da segurança pública não ser usado como palanque por ninguém". Estava subentendido que quem não podia usar o "palanque" era Lula. O direitismo, via relator, pode. A propósito: Derrite é o predileto de Eduardo Bolsonaro para concorrer ao Senado por São Paulo em 2026. Eduardo queria a vaga, mas a conspiração contra o Brasil no autoexílio no Tio Sam deve deixá-lo inelegível. O Supremo iniciou em 14 de novembro o julgamento para torná-lo réu.

**Na visão de Gleisi,** Derrite em cena "contamina o debate com os objetivos eleitoreiros de seu campo político" e a escolha foi um "desrespeito com o governo, ao próprio presidente, porque era um projeto do governo". Lula ligou para Motta e queixou-se da relatoria. O pai do deputado, Nabor Wanderley, quer ser senador pela Paraíba. Serão duas vagas. O governador João Azevêdo, do PSB, concorrerá e é favorito a uma. É bem avaliado pela população e tem boa relação com Lula. Veneziano Vital do Rêgo, do MDB, quer se reeleger, e também é próximo do petista. Wanderley precisa que o presidente fique neutro, no mínimo. O filho pode usar a Câmara para tentar arrancar isso. Já Lula pode fazer o oposto para domesticar Motta: acenar com apoio aos rivais. Haverá retaliação do Palácio do Planalto ao deputado? "Não acredito. Tem quem ache que é melhor o governo não se afastar dele, se não ele cai no colo da direita. Para mim, ele já está do outro lado, sempre esteve", afirma um petista influente.

A escolha de Derrite como relator "contamina o debate", diz Gleisi Hoffmann

Coube ao líder do PT expressar a bronca do Planalto com o presidente da Câmara. Faria e Motta alteraram a voz em uma reunião de líderes partidários. O paraibano tinha vestido a carapuça do "roubo com abuso de confiança". "Motta subiu na reunião o tom e quem estava na reunião pode saber que eu respondi no mesmo tom. Se ele está irritado com algum tuíte nosso, eu estou muito irritado com o presidente da Câmara ter escolhido um relator dessa forma e que tinha descaracterizado o projeto (de Lei Antifacção)", contou o petista.

Faria tem outra visão sobre o motivo que levou governadores direitistas e Derrite a optarem por adiar a votação: medo das ruas diante das consequências do possível esvaziamento da Polícia Federal. As primeiras versões do relatório do pepista subordinavam aos estados as investigações da PF sobre crime organizado. Os federais poderiam atuar apenas quando chamados. Há investigações da PF com potencial político explosivo na seara do crime organizado. No Piauí, foi preso um ex-assessor do senador Ciro Nogueira, o presidente do partido de Derrite. No Rio, a PF incriminou o deputado estadual TH Joias por envolvimento com facção. O parlamentar é aliado de Castro. Mais: Moraes, do Supremo, ordenou à PF que apure a infiltração de facções e milícias no poder do Rio.

A quarta e última versão do relatório de Derrite não altera o papel da PF. Impõe pena de 20 a 40 anos de prisão para integrantes de facção criminosa e estabelece que 70% sejam cumpridos em regime fechado. Na lei atual, crime organizado custa até 8 anos de prisão. O projeto de Lula ampliava para 10 anos e fixava em 15 anos a pena de um associado a facções. O batismo da lei no relatório de Derrite é Marco Legal do Combate ao Crime Organizado Ultraviolento. "Não abro mão de um texto duro", repete o preposto de Freitas. O "roubo com abuso de confiança" da Lei Antifacção proposta pelo governo levou o debate para a linguagem típica do direitismo: mão pesada nas penas. Falta saber como o governo tentará recolocar o debate nos termos que prefere: inteligência e asfixia financeira. •

PCBA/PMBA

ines249

**JAMIL CHADE**
Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog

# Segundas intenções

▶ A proposta de Derrite visava enquadrar movimentos sociais como organizações terroristas

Se hoje a extrema-direita busca formas para transformar grupos criminosos e o narcotráfico em facções terroristas, a ofensiva pode ser apenas o início de um processo que ameaça movimentos sociais. Um documento preparado pelo Executivo ao qual *CartaCapital* teve acesso aponta uma das preocupações em relação às mudanças no PL Antifacção apresentadas pelo deputado Guilherme Derrite: o risco de criminalização de entidades como o MST. Sob pressão, as alterações de Derrite acabaram desidratadas, mas o fato de terem sido propostas revelou a muitos a intenção de criar uma brecha para classificar como terroristas basicamente qualquer protesto, manifestação e a atuação de diversos movimentos sociais, entre eles o MST e o MTST, ou manifestações legítimas, como aquelas de trabalhadores de aplicativos, caminhoneiros ou professores.

Os critérios para declarar um grupo como "facção terrorista" incluíam atos que poderiam estar associados a protestos. Num dos artigos, seriam classificados como "terroristas" quaisquer grupos que atuem para "restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico".

O mesmo PL apontava como terrorista o movimento que "usar explosivos, armas de fogo ou equipamentos para prática de crimes contra instituições financeiras de qualquer natureza, base de valores ou carros-fortes, ou para interromper, total ou parcialmente, fluxo terrestre, aéreo ou aquaviário, com o objetivo de obstruir, dificultar ou postergar a atuação preventiva ou repressiva do Estado". Também ficava determinada a nova classificação caso grupos atuassem para "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte".

Ainda que atos violentos devam ser investigados e seus atores levados à Justiça, o que o governo alertava era que considerar esses critérios como elementos suficientes para qualificar uma entidade como "terrorista" abriria uma via ampla para legitimar o velho sonho da ala ultraconservadora de criminalizar os movimentos sociais.

**A ofensiva não é** uma exclusividade da extrema-direita brasileira. Nos Estados Unidos, Donald Trump usou a morte do influenciador Charlie Kirk para lançar uma ofensiva contra os mesmos grupos de esquerda. Em setembro, o presidente norte-americano assinou uma ordem executiva que designava o grupo Antifa como uma "organização terrorista doméstica". Poucos dias depois, emitiu o Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Combate ao Terrorismo Doméstico e à Violência Política Organizada. O documento orienta as agências federais a priorizar investigações de uma série de identidades e ideologias que descreve como pertencentes ao "guarda-chuva do autodenominado 'antifascismo'". Isso inclui "antiamericanismo, anticapitalismo e anticristianismo; apoio à derrubada do governo dos Estados Unidos; extremismo sobre migração, raça e gênero; e hostilidade contra aqueles que defendem visões americanas tradicionais sobre família, religião e moralidade". A lista permite que sejam colocados no radar da Justiça os sindicalistas, críticos do cristianismo, grupos pró-imigração, manifestantes anti-ICE e ativistas da justiça racial e transgênero, até qualquer cidadão que defenda opiniões que o governo considere "antiamericanas".

O memorando orienta as agências governamentais a perseguir "todos os participantes dessas conspirações criminosas e terroristas – incluindo as estruturas organizadas, redes, entidades, organizações, fontes de financiamento e ações subjacentes". E pede que as Forças-Tarefa Conjuntas de Combate ao Terrorismo atuem para "coordenar e supervisionar uma estratégia nacional abrangente para investigar, processar e desarticular entidades e indivíduos envolvidos em atos de violência política e intimidação destinados a suprimir atividades políticas legítimas ou obstruir o Estado de Direito".

Por fim, orienta o secretário do Tesouro a "desmantelar as redes financeiras que financiam o terrorismo doméstico e a violência política". No contexto da vasta conspiração antifascista evocada pelo governo, os investigadores poderiam bloquear as contas bancárias e as transações financeiras de várias organizações simplesmente porque elas se opõem à administração Trump.

O avanço da extrema-direita ameaça o Estado de Direito e conquistas sociais obtidas ao longo de décadas. Mas sua ambição vai além: asfixiar os movimentos sociais e os que representam focos de resistência ao projeto autoritário. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249



# UPP potiguar

**VIOLÊNCIA** O governo federal testa, em Natal, um projeto piloto para retomar territórios controlados por facções

POR FABÍOLA MENDONÇA

Enquanto governadores bolsonaristas articulam um consórcio para combater o que chamam de "narcoterrorismo" e parlamentares da extrema-direita sabotam abertamente a PEC da Segurança Pública, o governo Lula testa um projeto piloto no Rio Grande do Norte, administrado pela petista Fátima Bezerra, para retomar o controle de áreas dominadas por facções. A primeira comunidade contemplada será Mãe Luiza, em Natal, bairro de 13 mil habitantes próximo à Praia dos Artistas, com histórico de violência e alternância entre o domínio do Sindicato do Crime e do Comando Vermelho.

Frequentemente, a população local é submetida às "leis" do crime. Coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça, o projeto conta com assessoramento da Escola de Segurança Multidimensional da USP. Mais de 330 agentes – entre policiais militares, civis, federais e rodoviários federais – reforçarão o patrulhamento da região, que também receberá serviços para ampliar o acesso da comunidade à Justiça e assistência social, em modelo que lembra as antigas UPPs do Rio de Janeiro, posteriormente abandonadas e sucateadas.

Mario Sarrubbo, secretário nacional de Segurança Pública, ressalta uma diferença fundamental: antes de qualquer operação policial, há coleta e análise de informações para orientar a ação. "É uma gestão integrada de segurança pública que trabalha com inteligência e análise criminal, com o objetivo de desenvolver sistemas que indiquem os dados a serem capturados para a ação. Passa por um estudo aprofundado de investigação e, na sequência, entraremos com a pacificação e a mediação de conflitos", explica.

**Em uma recente** incursão, os agentes realizaram 30 prisões em Mãe Luiza, além da apreensão de armas e drogas, sem o registro de um único óbito. O contraste com a matança promovida pelo governo do Rio de Janeiro nas comunidades da Penha e do Alemão, que resultou em 121 mortes, é evidente. "Aos poucos, quando a saturação policial terminar, vamos implementar políticas públicas para atender a população", acrescenta Sarrubbo, lembrando que, após essa fase, o bairro contará com uma polícia comunitária "criando vínculos e conquistando a confiança dos moradores". O balanço do projeto piloto será apresentado em dezembro. A ideia é aperfeiçoar o modelo, para expandi-lo a outros estados em 2026.

> Antes das incursões policiais, haverá um sólido trabalho de inteligência, afiança o secretário nacional de Segurança Pública

"Efetivamente, eu não vejo nada de novo. É mais do mesmo, no sentido de que a repressão policial que sobe a favela, por si só, não resolve. Os jovens buscam oportunidades e, se o Estado não as oferece, as facções acabam cooptando essa população, porque o crime é muito sedutor", critica a antropóloga Juliana Melo, professora da UFRN. O sociólogo Cláudio de Jesus, também da UFRN, concorda que a ocupação territorial é fundamental, mas ressalva: "A presença da polícia não basta. É preciso controlar e regular os mercados de ilícitos. É difícil imaginar que o tráfico vá se extinguir apenas sufocando os vendedores, principalmente os varejistas".

Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Crime, Violência e Políticas Públicas de Segurança da UFPE, o sociólogo José Luiz Ratton destaca a urgência de aprovar a PEC da Segurança para constitucionalizar uma política de Estado atualmente fragmentada. "É preciso um arcabouço jurídico definido pela Constituição, que estabeleça papéis e competências da União, dos estados e dos municípios, além de mecanismos de financiamento pelo governo federal, como já ocorre nas áreas de educação, assistência social e saúde", diz. Ele reforça ainda a importância de ações que asfixiem economicamente as facções: "É preciso seguir o dinheiro, identificar conexões com a economia legal, e isso exige inteligência, compartilhamento de informações, algo que a Polícia Federal tem demonstrado ser viável".

A necessidade de coordenação entre os entes federativos é reforçada pelo sociólogo Luiz Cláudio Lourenço, professor da UFBA. "Sem uma articulação bem afi-

ines249

BOPE/PMRN E JAMILE FERRARIS/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

nada, não teremos sucesso no enfrentamento ao crime organizado, que é estruturado e atua em rede", destaca.

Além do projeto piloto em Natal, o governo federal tem promovido ações integradas em estados nordestinos, como Bahia e Ceará, que desarticularam núcleos regionais do Comando Vermelho. "A dinâmica dos mercados ilegais de drogas vai muito além de um estado específico, mas vinha sendo combatida por investigações locais. O avanço e a sofisticação do crime organizado exigem maior integração das forças de segurança", afirma a antropóloga Jânia Aquino, da UFCE.

**"As facções são um** fenômeno social e funcionam como empreendimentos econômicos. Não adianta desbaratar um esquema em determinado território se, pouco depois, a droga continuar chegando. Esses grupos não dependem apenas dos soldados armados, presentes naquele momento. Eles têm uma estrutura sólida. As estratégias de enfrentamento precisam ser pensadas para além do problema localizado", emenda Luiz Fábio, coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da UFCE.

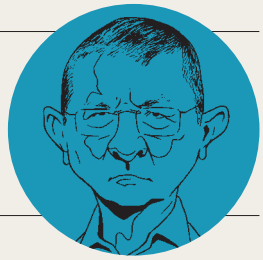
**Cooperação.** A governadora Fátima Bezerra e o ministro Ricardo Lewandowski unem forças no combate ao crime organizado

No início de novembro, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, participou da reunião da Câmara Temática de Segurança Pública do Consórcio Nordeste e reforçou a parceria com os estados. "Respeitamos a atuação dos governadores, dos estados e, inclusive, dos municípios. No entanto, é preciso que haja uma integração nacional, porque o crime não é apenas local nem nacional, possui uma dimensão global."

Governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Rafael Fonteles defende o intercâmbio entre estados e União e afirma que o modelo tem dado resultados. "É só reforçando a integração das forças estaduais com as forças federais que vamos conseguir combater a criminalidade. Os governadores do Nordeste apoiam a PEC da Segurança Pública e o PL Antifacção porque defendem uma integração maior de dados e das inteligências das polícias estaduais entre si e com as forças nacionais." •

ines249

**ALDO FORNAZIERI**
Cientista político e autor
de *Liderança e Poder*



# Fusão fatal

▶ Nixon fracassou na "guerra às drogas". George W. Bush, na "guerra ao terror". Trump tenta unir as duas, com a adesão da direita no Brasil. O resultado é previsível

A matança promovida pelo governo do Rio de Janeiro nas comunidades da Penha e do Alemão, a operação policial mais letal da história do País, desencadeou uma intensa disputa política em torno da segurança pública. Com 121 mortos, a incursão revelou-se desastrosa, já que a função da polícia é prender e levar os suspeitos a julgamento. Agora, a conduta dos próprios agentes estatais está sob investigação do Supremo Tribunal Federal.

Há fortes indícios de que a ação determinada pelo governador Cláudio Castro foi deliberada, com o objetivo de se apoderar e de entregar para a direita a bandeira da segurança pública, nos termos de ações violentas como *modus operandi*. As articulações que Castro fez com os governadores bolsonaristas no pós-massacre evidenciam a manobra eleitoral.

A chacina ocorreu num momento em que Lula e o governo se recuperavam nas pesquisas. O presidente colhia os dividendos do sucesso da viagem à Ásia, dos diálogos com o presidente Trump e da firme defesa da soberania e dos interesses do Brasil diante do tarifaço. Já a direita e o bolsonarismo haviam sido derrotados na "PEC da Bandidagem", nas investidas pela anistia dos golpistas, e vinham sofrendo o repúdio popular pelas ações desastradas de Eduardo Bolsonaro contra o STF e o País.

O próprio presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, entrou no jogo eleitoral ao indicar Guilherme Derrite, secretário licenciado do governador Tarcísio de Freitas, como relator do Projeto de Lei Antifacção. A primeira investida da direita consistiu em classificar as facções criminosas como organizações terroristas, enquanto o governo Trump promove um novo intervencionismo global sob a bandeira da "guerra ao narcoterrorismo".

A estratégia da "guerra ao narcoterrorismo" foi estruturada a partir da fusão de duas anteriores: a "guerra às drogas", implementada pelo governo Nixon na década de 1970, e a "guerra ao terror", adotada pelo governo de George W. Bush em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001.

**A "guerra às drogas"** foi uma iniciativa global do governo norte-americano, destinada a interromper o fluxo de entorpecentes para os EUA. A estratégia comportava proibições legais internas, aplicação das leis em âmbito nacional e internacional, combate aos cartéis do narcotráfico e apoio financeiro e militar aos países que se engajassem ativamente à iniciativa. O "Plano Colômbia", com fartos investimentos e cooperação policial, militar e de inteligência, tornou-se o exemplo mais emblemático dessa política.

A estratégia da "guerra ao terror" integrava a doutrina de Segurança Nacional de Bush, cujo princípio central era a ideia de "guerra preventiva". Esse conceito autorizava os EUA a atacar supostos inimigos, mesmo sem agressões prévias, com o objetivo de eliminar organizações terroristas globalmente. Bush impôs o engajamento dos aliados sob a máxima: "Ou vocês estão conosco ou estão com os terroristas".

Sob essa estratégia, os EUA invadiram o Afeganistão em 2001, derrubando o Talibã do poder e atacando as estruturas e campos da Al-Qaeda de Bin Laden. Em 2003, ocorreu a invasão do Iraque, com a deposição do governo de Saddam Hussein. Uma terceira medida envolveu a criação de um rígido aparato de controle, vigilância e restrições internas, que resultou na violação de direitos civis de cidadãos norte-americanos.

Assim como a "guerra às drogas" não conseguiu interromper o fluxo de entorpecentes para os EUA, a "guerra ao terror" também não eliminou o terrorismo. Com altos custos financeiros, violações de direitos humanos e do direito internacional, além de incontáveis mortes, os resultados foram pífios. A campanha militar no Afeganistão terminou em uma retirada desastrosa e, no Iraque, não produziu um governo aliado aos norte-americanos.

A classificação das facções do crime organizado como narcoterroristas, proposta por bolsonaristas e setores da direita, só abriria caminho para intervenções dos EUA em território brasileiro. Além disso, o substitutivo de Derrite restringe a atuação da Polícia Federal, que só poderia agir contra milícias e organizações criminosas mediante solicitação dos governos estaduais e em caráter cooperativo com as polícias locais.

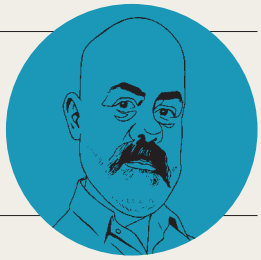
A proposta de Derrite e da direita é tão desastrada que atende a interesses do crime organizado. O substitutivo foi duramente criticado por integrantes dos Ministérios Públicos, da Polícia Federal, do STF e do governo Lula. Seus conteúdos mais nocivos foram barrados. Felizmente, Derrite, Hugo Motta e a direita não vão conseguir enfraquecer o papel de órgãos como Receita Federal, Coaf e PF no combate às facções. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

ines249

**CLAUDIO COUTO**
Cientista político, professor da FGV EAESP, pesquisador do CEPESP FGV e do CNPq



# A nova PEC da Bandidagem

▶ O presidente da Câmara associou-se a Tarcísio de Freitas e Guilherme Derrite para desidratar o PL Antifacção

Hugo Motta, o Débil, parece não aprender com os próprios erros. Depois da lambança da PEC da Bandidagem, volta a aprontar. Desta vez, contudo, é outro o instrumento legislativo: em vez de uma Proposta de Emenda Constitucional, um Projeto de Lei. Agora, Motta nem sequer se deu ao trabalho de propor um projeto próprio ou encomendado a um de seus aliados na Câmara. Em vez disso, pegou carona na proposta do Executivo sobre as facções criminosas, optando por desfigurá-lo. Nessa sabotagem, articulou-se com seu colega de partido no Republicanos, o bolsonarista moderado (*sic*) governador de São Paulo. Tarcísio de Freitas liberou seu secretário de segurança, o deputado licenciado Guilherme Derrite, para reassumir momentaneamente sua cadeira em Brasília, com a única e exclusiva tarefa de levar a cabo a empreitada e, assim, simultaneamente, atrapalhar o governo federal e se autopromover para a disputa por uma cadeira no Senado em 2026.

Incumbido pela ultradireita de introduzir na proposta governamental o jabuti do terrorismo, Derrite achou melhor recuar, diante da pressão de setores do empresariado. Se o Brasil reconhecesse que seu território é ocupado por organizações terroristas, abriria espaço para intervenções e sanções econômicas estrangeiras. Assim, Derrite proporcionaria por lei brasileira o que Eduardo Bolsonaro obteve fazendo *lobby* em Washington.

O ex-oficial da Rota não se deu, no entanto, por vencido. Se não pode chamar de terroristas as facções do crime organizado, tentou ao menos tratá-las como se fossem, ao equiparar penas aplicadas a seus integrantes àquelas da Lei Antiterror. Mesmo aí há muitos problemas. O promotor paulista Lincoln Gakiya, talvez a maior autoridade do Ministério Público no que concerne ao crime organizado, percebeu vários defeitos na proposta. Um deles é a indiferenciação dos níveis de importância dos criminosos. Tal indistinção é contraproducente, pois impele as forças de segurança a se ocuparem de pés-de-chinelo, em vez de se concentrar no ataque à estrutura dessas entidades, o que é realmente eficaz para desbaratá-las.

**Nessa seara, aliás,** não deixa de se notar o fato que Derrite tenha excluído de seu substitutivo a proposta do governo que aumentava a pena para a constituição de milícia privada. Sabendo-se, como revelado por reportagem de 2024 da revista *Piauí*, que o secretário de segurança licenciado de São Paulo é apontado como ex-chefe de um grupo de extermínio, tal omissão causa espécie.

A barafunda, contudo, não termina aí. O relator também procurou minar a atuação da Polícia Federal no combate à criminalidade, submetendo sua atuação à autorização dos governos estaduais. Como então investigar governadores e outros atores poderosos nos estados? Diante de reações negativas, Derrite tentou disfarçar a malandragem, dando a opção de "apenas" obrigar a PF a formar parceria ou comunicar previamente as autoridades estaduais. Seria como a Polícia Federal mandar a seguinte mensagem: "Ei, pessoal! Estamos indo investigar vocês, tá ok? Podemos contar com sua ajuda?" Mais do que desfaçatez, é um desaforo à inteligência alheia.

Tal proposta guarda parentesco com os vitupérios de governadores da ultradireita, como Ronaldo Caiado, de Goiás, que acusam falsamente a proposta de construção do Sistema Único de Segurança Pública, feita pelo governo federal, de tolher a autonomia estadual. Se o boicote ao SUSP mostra má vontade em resolver o problema por meio da coordenação federativa e da cooperação intergovernamental, o desplante do relator produz uma violação de competência no sentido oposto ao falaciosamente denunciado: torna os governos estaduais imunes a qualquer investigação pela PF. Ademais, tais mudanças da lei são claramente inconstitucionais, pois violam competências da União, subordinando-a aos estados em questões de segurança de sua alçada. De tão estapafúrdio seria cômico, não fosse trágico.

Enquanto isso, o que defende a ultradireita como solução para as mazelas da segurança pública? Ora, mais ações como a recente incursão das polícias fluminenses nas favelas cariocas da Penha e do Alemão. Tais carnificinas são sanguinárias cortinas de fumaça. Não atacam fundamentos do crime organizado, mas queimam as buchas de canhão, enquanto preservam os chefes e, mais importante, a estrutura das facções. Centenas de ações mortíferas e chacinas policiais espetaculosas nas últimas décadas não reduziram a criminalidade, ao contrário. Assim, demonstram cabalmente a ineficácia dessa política. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

# Mão no bolso

**COP30** Metas modestas e avareza das nações ricas marcam a primeira semana da Conferência do Clima

POR MAURÍCIO THUSWOHL, DE BELÉM*

A primeira imagem da COP30 a viralizar nas redes sociais e correr o mundo, a invasão de manifestantes indígenas à chamada *Blue Zone*, espaço oficial de negociações da Conferência do Clima, refletiu um sentimento predominante entre os 55 mil participantes nos primeiros dias de eventos paralelos em Belém: há um enorme fosso a separar os interesses e pontos de vista dos diversos grupos que buscam salvar o planeta do colapso. Em seu discurso na Cúpula de Líderes, o presidente Lula apresentou um diagnóstico preciso dessa realida-

ines249

LUCA MEOLA/CARTACAPITAL

**Reação.** Os ruidosos protestos em Belém refletem a frustração de ambientalistas e movimentos sociais com a letargia dos governos em propor soluções efetivas

de ao afirmar que os governos só conseguirão vencer o desafio se superarem a "desconexão entre os salões diplomáticos e o mundo real" e também o descasamento entre o contexto geopolítico e a urgência da agenda ambiental. "Se os homens que fazem guerra estivessem aqui nessa COP, eles iriam perceber que é muito mais barato colocar 1,3 trilhão de dólares para acabar com o problema climático do que gastar 2 trilhões com armas."

Relatos angustiados e propostas que demandam urgência de ação revelam nas diversas atividades organizadas pela sociedade civil que os eventos extremos já são uma realidade em todo o planeta. Enquanto isso, na bolha (mal) refrigerada do *Hangar*, espaço onde acontece a COP30 propriamente dita, os 80 grupos temáticos, com participação de representantes dos governos e de ONGs, tiveram início com a falta de entusiasmo de quem repete um exercício feito pela trigésima vez sem que resultados satisfatórios tenham sido alcançados. Além disso, há a percepção generalizada de que não haverá grandes avanços no que diz respeito às questões-chave da Conferência: financiamento à adaptação, redução no uso de combustíveis fósseis e fim do desmatamento.

**"Enquanto os desastres** climáticos dizimam a vida de milhões, nós já temos as soluções. Isso jamais será perdoado", afirma Simon Stiell, secretário-executivo da ONU para Mudanças Climáticas. Nascido em Granada, pequeno país formado por três ilhas na América Central e extremamente vulnerável ao aumento do nível dos oceanos, Stiell tem sido o mais veemente entre os integrantes da cúpula da COP30. "Precisamos acelerar a implementação dos acordos. Os aspectos econômicos da transição são tão indiscutíveis quanto os custos da inação", afirmou a *CartaCapital*.

O secretário avalia que o esforço empreendido pelos países até aqui é insuficiente: "Os compromissos nacionais individuais, por si só, não estão reduzindo as emissões com rapidez suficiente. Não devemos esperar que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) tardias sejam implementadas aos poucos para então identificar a lacuna existente e conceber as inovações necessárias para superá-la. É preciso agir já".

**Um dos desafios é viabilizar a proposta de investir 1,3 trilhão de dólares por ano em adaptação climática**

Presidente da COP30, o brasileiro André Corrêa do Lago enviou aos 194 países presentes em Belém uma atualização das NDCs totais, elaborada a partir das 22 propostas submetidas após o fim do prazo para a publicação do relatório-síntese da Conferência. A contribuição mais aguardada veio da União Europeia, que assumiu o compromisso de reduzir suas emissões entre 66,2% e 72,5% até 2035. O documento, que passou a reunir 86 NDCs, indica que as emissões projetadas para 2035 devem diminuir 12%. "É uma redução significativa. Cada fração de grau de aquecimento evitada salvará milhões de vidas e bilhões de dólares em danos climáticos. E esses cortes se tornarão cada vez mais profundos à medida que avançarmos mais rápido", observa.

Para Pedro Ivo Batista, presidente da Associação Alternativa Terrazul e dirigente do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a dificuldade de muitos países em adotar NDCs mais ousadas "está relacionada à mentalidade de que o planeta é infinito" e também "ao financismo reinante no mundo, que prefere gastar dinheiro com armas de guerra a investir na proteção do planeta".

Viabilizar os recursos necessários para atingir o montante de 1,3 trilhão de dólares, estipulado pela ONU como indispensável para uma adaptação global efetiva às mudanças climáticas, continua sendo a meta principal. Apresentado por Corrêa do Lago e pelo ministro do Meio Ambiente

ines249

**Água fria.** O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), proposto pelo Brasil, recebeu menos doações que o esperado

do Azerbaijão, Mukhtar Babayev, que presidiu a COP29 realizada em Baku, o documento B2B indica diversos caminhos para alcançar esse valor até 2035. As fontes, no entanto, são consideradas incertas, incluindo a taxação de grandes fortunas, o perdão das dívidas externas de países pobres, além do aumento de impostos sobre os setores de transporte aéreo e naval e sobre produtos de luxo. O esforço também envolve a participação de instituições financeiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. "Nosso papel é ajudar os países a investir em resiliência antes que a crise aconteça, não depois. Isso significa ampliar o financiamento e alinhar sistemas", afirma Ilan Goldfajn, presidente do BID.

**A relutância dos países** ricos em assumir NDCs mais ousadas ou em viabilizar o financiamento à adaptação contrasta com a busca por soluções vindas de outras partes. Esse descompasso trouxe de volta à mesa, nesta COP30, uma discussão que havia sido parcialmente deixada de lado nas últimas conferências: o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. "Os efeitos da mudança do clima são resultado das emissões históricas dos países que se industrializaram desde o fim do século XVIII. A maioria dos países em desenvolvimento só se industrializou na segunda metade do século XX. Estão cumprindo seus compromissos ambientais e cobram que os países desenvolvidos também cumpram suas obrigações, sobretudo no que tange ao financiamento", afirma Corrêa do Lago.

## CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA

Mirian Vilela celebra os 25 anos da Carta da Terra, bússola ética para um futuro mais justo e sustentável

Proposta na Eco-92 e aprovada em 2000, a Carta da Terra reúne 16 princípios que orientam governos, empresas e organizações da sociedade civil na construção de um mundo socialmente justo e ambientalmente equilibrado para as próximas gerações. Presente na COP30, Mirian Vilela, diretora-executiva da Carta da Terra Internacional e coordenadora da Cátedra Unesco de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, compartilhou suas expectativas em relação ao evento da ONU. "O mais importante é garantir que a transição energética e tecnológica, bem como o financiamento climático, seja conduzida de forma justa, olhando para os mais afetados e necessitados", observa. A entrevista completa está disponível no site de *CartaCapital*.

**CartaCapital:** A Carta da Terra tem alcançado seus objetivos?
**Mirian Vilela:** Um número crescente de indivíduos e instituições vem abraçando a visão de interdependência, cuidado e responsabilidade expressa na Carta da Terra, reconhecendo que os desafios ambientais, sociais, econômicos e políticos precisam ser tratados de forma integrada. A Unesco aprovou duas resoluções que reafirmam seu valor como referência ética para a sustentabilidade e incentivam seu uso em processos educativos. Hoje, muitos docentes e escolas utilizam esse documento para promover o diálogo, esclarecer valores e princípios e fortalecer a consciência planetária.

**CC:** Qual é a principal mensagem do documento?

MAURO PIMENTEL/AFP, LUCA MEOLA/CARTACAPITAL E UPEACE/ONU

ines249

**Recado.** "É mais barato salvar o planeta do que financiar guerras", afirmou Lula, ao criticar a inação das potências globais

Pedro Ivo lembra que o princípio das responsabilidades, estabelecido na Eco-92, atribui maior responsabilidade ambiental às nações com industrialização consolidada, sem isentar os demais. "Os países desenvolvidos mantêm um processo insustentável de desenvolvimento, consumindo muita energia e destruindo florestas, embora os em desenvolvimento também tenham responsabilidades", decreta. Para ele, é preciso mobilizar o Sul Global, e os BRICS têm muito a contribuir nesse processo.

Em relação ao desmatamento, a principal aposta do governo brasileiro até agora é o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, *na sigla em inglês*), que tinha a meta inicial de arrecadar 25 bilhões de dólares até o fim de 2026. Após alguns reveses, como a desistência de última hora do Reino Unido, o TFFF contava, até o fechamento desta edição, com aportes de 1 bilhão de dólares do Brasil e da Indonésia, além das promessas da Holanda (580 milhões), França (577 milhões) e Noruega. Esta última, já principal doadora do Fundo Amazônia, fez a oferta mais generosa: 3 bilhões de dólares em três anos. Portugal foi bem mais modesto (1,15 milhão). O início tímido levou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a rever suas expectativas: "Esperamos integralizar 10 bilhões de dólares no próximo ano". •

**O repórter viajou a convite da Associação Alternativa Terrazul e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).*

**Princípio.** "As ações devem priorizar os mais vulneráveis"

**MV:** A Carta da Terra propõe uma ética global baseada no cuidado e na responsabilidade pelo bem comum – não apenas entre os seres humanos, mas em relação a toda a comunidade da vida. Ela também inspira um movimento mundial que reúne instituições e cidadãos de diferentes regiões do mundo para usar o documento como referência e bússola ética. Não se limita a nenhuma religião ou partido político.

**CC: As COPs têm seguido os princípios da Carta da Terra?**

**MV:** Houve avanços nas políticas e agendas, mas a implementação ainda deixa a desejar. Muitos progressos ocorrem fora do âmbito governamental, e isso precisa ser reconhecido. Esperamos que esta COP demonstre mais compromisso e colaboração não apenas entre governos, mas entre todos os grupos da sociedade. O essencial é garantir que a transição energética e tecnológica, assim como o financiamento climático, seja conduzida de forma justa, priorizando os mais afetados e necessitados.

**CC: Como a Carta da Terra contribui para o Balanço Ético Global, proposto pelo presidente Lula e pelo secretário-geral da ONU, António Guterres?**

**MV:** Orientamos a ação climática em todos os pilares do Acordo de Paris – mitigação, adaptação, finanças, tecnologia e capacitação – para garantir resultados justos e equitativos. Além disso, mobilizamos nossa rede global para diálogos autogestionados que enriquecem o Balanço Ético Global.

ines249



# Pegada amazônica

**SUSTENTABILIDADE** A marca francesa Veja aposta em um tênis com borracha da floresta e material reciclado

POR CARLOS MINUANO

O barulho do látex derramado no balde é quase imperceptível em meio aos muitos sons da mata. O impacto está, no entanto, longe de ser discreto. Ao contrário do ruído de motosserras, o trabalho dos seringueiros mantém a floresta em pé. Em Xapuri, no Acre, eles ainda percorrem trilhas abertas há gerações na reserva extrativista Chico Mendes. Dali sai parte da borracha usada nos calçados de uma marca francesa de tênis que, há duas décadas, aposta na Amazônia como fonte de matéria-prima e negócios. O trabalho nos seringais, que combina resistência e geração de renda, ganhou espaço nos debates da COP30, realizada pela primeira vez em solo amazônico.

Enquanto os holofotes da conferência se voltam para governos e grandes acordos internacionais, uma parte menos visível do debate acontece fora dos pavilhões oficiais, onde a sustentabilidade se mede em látex e plástico reciclado. Presente em Belém, a marca de tênis Veja, que participa pela primeira vez de uma conferência do clima, levou representantes de suas redes locais de produção, entre eles seringueiros, catadores e agricultores, para painéis sobre economia da floresta e justiça climática. A ideia, segundo porta-vozes da empresa, é mostrar que o desenvolvimento sustentável pode caminhar lado a lado com o consumo consciente.

A marca informa ter adquirido, em 2024, mais de 900 toneladas de borracha, produzidas por 2,8 mil famílias de 20 cooperativas e associações do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e Mato Grosso. Também utiliza poliéster reciclado de garrafas PET, cerca de 120 toneladas, o equivalente a 6 milhões de garrafas de 500 mililitros, coletadas por 200 catadores e catadoras de 13 cooperativas de Minas Gerais. "Para quem vive e trabalha diretamente nessas cadeias produtivas, a COP acontece todos os dias nos territórios", afirma Carlos Rigolo Lopes, coordenador de projetos de impacto socioambiental da grife.

Fundada em 2005 pelos franceses François Morillion e Sébastien Kopp, a Veja virou queridinha de públicos descolados na França e no Brasil, onde está presente desde 2013. Na contramão do setor, construiu sua reputação sem publicidade e sobre conceitos como transparência, comércio justo e impacto social, tornando-se um dos símbolos globais da chamada "moda sustentável". No País, vive um momento de expansão:

**A matéria-prima é adquirida de seringueiros e catadores de lixo**

inaugurou em São Paulo, neste ano, um espaço de três andares, seu maior ponto de venda próprio no mundo.

Nos primeiros anos da grife no Brasil, a borracha "era símbolo de pobreza", relembra Morillion, durante uma viagem ao Acre acompanhada por *CartaCapital*. Segundo ele, a transformação das comunidades extrativistas é visível. "As famílias estão conseguindo viver com mais dignidade." Lopes acrescenta: "Pagamos, em média, quatro vezes o valor de mercado pela borracha nativa, garantindo que o recurso chegue direto às famílias extrativistas". O mesmo modelo se aplica ao poliéster reciclado, coletado em Minas Gerais, onde a renda adicional permitiu desde a compra de equipamentos até o custeio de férias, algo impensável para muitos há décadas.

**A empresa, reconhece** Lopes, não é "100% sustentável" e o termo, usado à exaustão, esconde contradições. "Muitas marcas começam pela comunicação, a Veja começou pelas parcerias nos territórios." Para ele, a escolha também impôs barreiras. "Produzir na Amazônia é lidar com ramais precários, longas distâncias e uma logística desafiadora."

Enquanto marcas como a Veja exibem cadeias produtivas com impacto direto, o setor da moda e do têxtil tenta organizar-se em torno de compromissos mais amplos. Durante a COP30, em Belém, o Pacto Global da ONU – Rede Brasil apresentou o Grupo de Trabalho de Moda e Têxtil, que reúne concorrentes históricos (como C&A, Malwee, Hering, Live! e Riachuelo) em torno de temas como direitos humanos, rastreabilidade e justiça climática. "O objetivo é transformar discurso em ação prática", diz Gabriela Almeida, gerente executiva de Direitos Humanos e Trabalho do Pacto Global. Desde 2024, o grupo busca construir um espaço de ações coletivas com empre-

ines249

LUDOVIC BALAY E PASCAL LE SEGRETAIN/GETTY IMAGES/AFP

sas, cooperativas e sociedade civil. Na COP30, lançou um posicionamento pela transição justa e um guia setorial para mitigar riscos de violações e integrar trabalho decente, igualdade de gênero e consumo sustentável. Entre os compromissos estão políticas afirmativas, transparência e inclusão produtiva nos elos mais vulneráveis, costureiras, catadores, agricultores e extrativistas. "A sustentabilidade só será real quando a inclusão social fizer parte de todas as esferas da empresa", acrescenta Almeida. O desafio, admitem mesmo os entusiastas da agenda, é transformar compromissos em políticas concretas que cheguem a quem mantém a floresta, e a economia, em pé.

Há quem lembre que a transparência ainda é a fronteira mais opaca da moda. Lançado pouco antes da COP30, o *Índice de Transparência da Moda Brasil – Edição Clima*, do Instituto Fashion Revolution Brasil, mostra que apenas 12% das marcas que atuam no País reduziram emissões de fato, nenhuma investe em adaptação climática para proteger trabalhadores, e 80% não têm compromissos públicos de desmatamento zero. "A falta de transparência sobre investimentos em adaptação climática e metas concretas revela um problema estrutural na moda", afirma Cláudia Castanheira, gestora de comunicação e pesquisadora do instituto. "Se há discurso, mas não há transparência, não há espaço para o marketing verde." Para ela, o setor ainda precisa transformar a retórica em ação. "Dizer que é contra o desmatamento não basta, é preciso mostrar como e com quem se está atuando." Castanheira reconhece a importância de iniciativas coletivas, como as da COP30, mas faz um alerta. "Essas coalizões são importantes para criar conexões e sinergias entre as empresas, mas, se não houver compromisso real e transparência, há o risco de reforçar o *greenwashing*, mesmo que de forma involuntária."

**Não é só marketing.** As famílias de seringueiros vivem com "dignidade", diz Morillion, fundador da marca, que garante pagar mais pelo produto

**No fim das contas,** o som quase imperceptível do látex no balde talvez diga mais sobre o futuro da moda, e do planeta, do que os discursos ecoados nos espaços da COP30. Entre os debates em Belém e os ramais amazônicos, disputa-se o sentido da palavra sustentabilidade. Para uns, ela cabe em relatórios, para outros, nas mãos marcadas de trabalho e renda sem devastação. Resta separar o compromisso real da sustentabilidade de fachada. Enquanto o mercado discute métricas e acordos, os eventos extremos lembram que o tempo da Amazônia e do planeta não é o do consumo, e que nossa sobrevivência depende das florestas em pé. •

ines249



# Saúde reprimida

**PROIBICIONISMO** A Anvisa atrasa a regulação da *cannabis* medicinal e a polícia fecha o cerco às associações

POR MARIANA SERAFINI

"Queria gritar para todo o mundo ouvir o quanto esse remédio é bom", afirma a lavradora Dilma Souza Santana. Moradora de Aporá, na Bahia, ela encontrou na *cannabis* medicinal alívio para os sintomas do marido com Parkinson. Aos 87 anos, Pedro Andrade de Souza não conseguia mais caminhar ou se alimentar sozinho. A esposa levou meses para descobrir o tratamento que trouxe de volta "qualidade de vida e autonomia". A melhora está ameaçada: a Associação Santa Gaia, produtora do medicamento, foi alvo de operação policial em meados de outubro, com a plantação destruída e os insumos apreendidos. "Agora, não sei se vou conseguir o próximo frasco", lamenta. A repressão não é caso isolado: mais de dez diretores de associações foram presos recentemente, acusados de tráfico.

Sediada em Lins, no interior de São Paulo, a Santa Gaia atende 9 mil pacientes de várias regiões do País, 250 deles gratuitamente. É o caso de Marina Neigenfind Sousa Laucis Pinto, que recebe em Santarém, no Pará, o remédio para o filho de 4 anos com autismo. Em poucos meses, a criança "passou a comer e dormir melhor e a socializar com os colegas", relata a mãe solo. Beneficiária do Bolsa Família, a artesã cogitou comprar o medicamento em farmácia, mas não teria condições de pagar 500 reais a cada três meses. Sem previsão de receber os próximos frascos, teme interromper o tratamento.

**A batida ocorreu** em 16 de outubro, após vizinhos denunciarem "cheiro de maconha". Insumos, derivados e medicamentos prontos foram apreendidos. A plantação, com 466 pés de *cannabis* e outros 96 em fase de produção de óleo, foi destruída. O diretor da Santa Gaia, Guilherme Viel, foi preso em flagrante, acusado de crime contra a saúde pública e tráfico de drogas. Para o advogado Antônio de Pádua Pinto, a ação foi desproporcional. "Guilherme foi algemado e jogado no 'curral' da delegacia. O crime de adulteração de medicamento tem pena maior que a de tráfico", explica. Sem antecedentes, permaneceu preso após a audiência de custódia. Cinco dias depois, o desembargador Paulo Fontes, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, concedeu liminar, permitindo à associação retomar as atividades.

**Nos últimos meses, mais de dez dirigentes de ONGs foram presos e acusados de tráfico de drogas**

O delegado Artur Franco, da Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes de Lins, afirma que o crime contra a saúde pública se refere à produção e venda de medicamentos sem registro. "Encontramos grande quantidade de produtos já envasados, com rótulo da Santa Gaia, sem autorização da Anvisa." Não tinham nem poderiam obter. Em novembro de 2024, o Superior Tribunal de Justiça autorizou o cultivo de *cannabis* para fins terapêuticos e concedeu seis meses para que a agência definisse normas sobre importação de sementes, plantio, produção e venda dos medicamentos. O prazo não foi cumprido e o órgão pediu duas prorrogações.

Segundo o advogado Emílio Figueiredo, do Conselho Nacional de Política Sobre Drogas, as associações sempre estiveram em risco porque, na lei, cultivam uma planta proibida. "Mas o objetivo é produzir e distribuir medicamentos. Não faz sentido considerá-las criminosas", avalia.

"Foi uma cena de terror", relembra Caroline Penques, esposa de Viel e diretora-administrativa da ONG, ao comentar a operação. Após horas de negociação com os policiais, ela conseguiu levar na carceragem o remédio para o marido, que trata ansiedade e TDH com *cannabis*. "Até seu frasco pessoal foi confiscado, e ele precisou tomar medicação química para aliviar a crise." No dia seguinte, ela juntou-se a pacientes em uma manifestação na porta da delegacia. "Queríamos que ele soubesse que não estava sozinho." A repressão tem se intensificado nos últimos anos. Um caso emblemático é o de Fernando Goulart Giubert Filho, diretor da F7, em Franca (SP), preso há sete meses, mesmo sem ter antecedentes criminais. Segundo o advogado Eric Torquato,

ines249

**Alvos.** Marco Carboni, da CuraPro, foi preso no ano passado e agora responde ao processo em liberdade. Caroline Penques, da Santa Gaia, luta pela libertação do marido, Guilherme Viel

REDES SOCIAIS/INSTITUTO CURAPRO

a prisão preventiva baseou-se no que chamou de "pânico moral pela circulação de maconha". Casado e pai de duas meninas, Giubert, de 33 anos, enfrenta desde a adolescência problemas psiquiátricos e encontrou alívio na *cannabis* medicinal. "A polícia ignora a atividade associativa e o trata como traficante", lamenta Torquato. No Centro de Detenção Provisória de Franca, ganhou o apelido de "Zé Gotinha", pois os agentes administram as gotas do remédio diariamente. Para o advogado, a prisão "é sintoma da covardia do Estado, que não regulamenta, não oferece alternativas acessíveis e criminaliza pacientes que buscam o direito à saúde".

O economista e professor Marco Antônio Carboni também foi preso, no ano passado, durante uma operação policial no sítio do Instituto CuraPro, em Jundiaí (SP). Passou uma noite na cadeia: "Fui tratado como bandido. Mãos algemadas para trás, cabeça baixa, arma apontada contra mim. Horrível". A cela, compartilhada com seis detentos, deixou lembranças piores: "Fétida, nojenta, com colchão duro de tanto cocô e urina". Liberado na audiência de custódia, responde em liberdade, mas com restrições, incluindo a proibição de produzir os remédios e exercer sua profissão. "Não sei como o juiz espera que eu pague aluguel e alimente minha família."

**Como muitas** associações, o CuraPro surgiu de necessidade pessoal. Carboni importava remédios dos EUA para tratar a mãe, mas, com a alta do dólar, passou a produzir os insumos e fundou a associação com base em *habeas corpus* de dois pacientes. Ciente da fragilidade jurídica, em 2021 protocolou ação no TRF da 1ª Região para tentar regulamentar as atividades, que ainda não foi julgada. Apesar das restrições, mantém um projeto social na favela de Paraisópolis, em São Paulo, atendendo mais de 600 pacientes com óleo de *cannabis* e acompanhamento psicológico.

Mesmo com decisões judiciais, as associações seguem vulneráveis à repressão policial. Há outro impasse legal: para recorrer à Justiça, é preciso primeiro violar a lei. "Todas começaram com desobediência civil, porque não é possível solicitar *habeas corpus* sem plantar", diz Torquato. O deputado estadual Eduardo Suplicy (PT), usuário e defensor da *cannabis* medicinal, defende que o modelo associativo seja reconhecido pelo governo. "Enquanto não houver regulamentação, haverá judicialização. As associações prestam um serviço que deveria ser feito pelo Estado." •

ines249



# A política da crueldade

**ULTRADIREITA** A ideologia fascista não aflora imediatamente nas elites, ela desliza via positivismo e racionalismo

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E NATHAN CAIXETA

Para ilustrar a complexidade da quadra histórica que atravessamos, consideramos pertinente a visita ao último artigo de Paul Krugman, intitulado "The Big Smirk", ou O Grande Sorriso.

Krugman cuida de investigar a dinâmica política do trumpismo, que mora no coração do movimento Make America Great Again e tem replicado exemplares ao redor do mundo. As figuras de Javier Milei, Jair Bolsonaro, suas proles e aspirantes à replica não nos deixam mentir.

A suntuosa festividade de Halloween promovida por Donald Trump, inspirada em *O Grande Gatsby*, exibiu como símbolo cuidadosamente escolhido uma modelo seminua dentro de uma gigantesca taça de martini. No mesmo dia, relata Krugman:

"...42 milhões de americanos perderam o auxílio alimentar federal, enquanto 1,4 milhão de funcionários federais estão sem receber salário".

Para muitos comentaristas, o evento expressou a alma de *playboy* de Manhattan que sobrevive no presidente norte-americano. A imagem entrega, à primeira vista, a ideia de insensibilidade em relação à condição de milhões de americanos em situação precária e falimentar. Nada novo no cotidiano de um ricaço de Nova York, ou de um bem-nascido dos Jardins paulistanos.

A insensibilidade e o desprezo são marcas de nascença das elites econômicas e políticas, ou costumes adquiridos pelos novos-ricos, *coaches*, *influencers* e *outsiders* cuja ascensão social meteórica garante o bilhete para o grupo de super-homens que escapou das inseguranças econômicas, do punitivismo judicial e do contato com a grande massa de fracassados na grande corrida capitalista.

**Nada novo aos olhos** dos que acreditam na infalível mão invisível do mercado e na capacidade quase darwiniana da razão e do autointeresse de selecionarem ganhadores e perdedores, super-homens e invisíveis, insensíveis e invejosos.

**Os super-homens eleitos para vingar os ressentidos promovem humilhação e eliminação de opositores**

Nada novo não fosse a catalisação do mal-estar social como ferramenta política. Krugman descreve essa catalisação, no caso de Trump e de seus apoiadores, como prazer pelo ato da crueldade, prazer em esmagar os considerados inferiores:

"(*A*) única crença fundamental (*de Trump*) é que os Estados Unidos são um direito inato de homens brancos, heterossexuais e cristãos, e seu único prazer genuíno reside na crueldade. É essa crueldade, e o deleite que ela lhes proporciona, que une seus apoiadores mais fervorosos, num desprezo compartilhado por aqueles que odeiam e temem: imigrantes, eleitores negros, feministas e homens brancos traidores que simpatizam com qualquer um que ouse roubar seu direito inato. A capacidade do presidente de executar essa crueldade por meio de palavras e ações os deixa eufóricos. Faz com que se sintam bem, orgulhosos, felizes e unidos".

No livro *The Mass Psychology of Fascism*, Wilhelm Reich assegura que a mentalidade fascista é a mentalidade do "homenzinho": escravizado, que anseia por autoridade e, ao mesmo tempo, é rebelde. Não é coincidência que todos os ditadores fascistas tenham surgido no meio reacionário do homenzinho.

Reich demonstrou que a violência e a crueldade contra a "ralé" são o último estágio da lógica de governo fascista. Seu núcleo está na fusão entre a captura do espaço e dos meios de ação públicos por interesses privados e o desejo dos "homenzinhos" em subjugar seus semelhantes.

A ideologia fascista não aflora imediatamente nas elites, ela escorrega pelos caminhos do positivismo e do racionalismo econômico que promove a precarização das condições de vida e a concentração da riqueza, capturando o ressentimento moral de homens e mulheres que se sentem inferiorizados e impedidos de realizar suas competências

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
**Automóveis.** A chinesa XPENG começa a produzir carros voadores

A festa de Trump zomba dos 42 milhões que perderam o auxílio alimentar

ROBERT SCHMIDT/AFP

naturais diante da corrida capitalista.

O magnata industrial e o senhor feudal exploram esse fenômeno social para seus propósitos, depois de terem evoluído em um quadro geral de supressão dos impulsos de vida. A civilização mecanicista e despótica colhe do homenzinho humilhado apenas o que semeou nas massas de seres humanos subjugados, ao longo dos séculos, lançando o desgraçado nos caminhos do misticismo, do militarismo e do automatismo.

Diria outro irreverente: "Eles não sabem, mas fazem".

**Para ilustrar os passos** dos que caminham nas trevas da autoincompreensão, vamos recorrer ao apólogo do escritor americano David Foster Wallace: "Dois peixinhos estão nadando juntos e cruzam com um peixe mais velho, nadando em sentido contrário. Ele os cumprimenta e diz: Bom dia, meninos. Como está a água? Os dois peixinhos nadam mais um pouco, até que um deles olha para o outro e pergunta: Água? Que diabo é isso?"

Wallace explica: "O ponto central da história dos peixes ensina que a realidade mais óbvia, ubíqua e vital costuma ser a mais difícil de ser reconhecida... Os pensamentos e sentimentos dos outros precisam achar um caminho para ser captados, enquanto o que vocês sentem e pensam é imediato, urgente, real. Não pensem que estou me preparando para fazer um sermão sobre compaixão, desprendimento ou outras 'virtudes'. Esta não é uma questão de virtude – trata-se de optar por tentar alterar minha configuração-padrão original, impressa nos meus circuitos. Significa optar por me libertar desse egocentrismo profundo e literal que me faz ver e interpretar absolutamente tudo pelas lentes do meu ser".

Essa camada de homenzinhos, como os peixinhos mergulhados em seu egocentrismo, não consegue reconhecer o ambiente social em que vive. Por isso, exerce seus desejos, medos e anseios em aras de agressividade contra os demais.

A política da crueldade contra os considerados inferiores pode ser encontrada nas festividades e palanques da ultradireita, nos arroubos ostentatórios dos velhos e novos-ricos. Ela avança pela covardia dos homens e mulheres que enxergam a fusão entre democracia e livre-mercado como fórmula da liberdade e da igualdade.

Diante dos genocídios, morticínios e tentativas de abolição violenta do Estado de Direito, os covardes pedem anistia e discursam em prol do aperfeiçoamento das instituições.

Enquanto isso, os super-homens eleitos para vingar o homenzinho de seus ressentimentos promovem subjugação, humilhação e eliminação indistinta de opositores e daqueles julgados socialmente inferiores. •

ines249

**ADALBERTO VIVIANI**
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

# Estrada no céu

▶ A chinesa Xpeng vai entregar carros voadores a partir do próximo ano

A Xpeng, fabricante chinesa de carros elétricos, decidiu que os lucros podem vir voando com mais ousadia. A XPENG AeroHT, divisão de modelos voadores, iniciou a operação, ainda experimental, da primeira fábrica inteligente do mundo voltada à fabricação em massa desse tipo de veículo. Localizada em Guangzhou, a planta de 120 mil metros quadrados já montou a primeira unidade do modelo "Porta-Aviões Terrestre", um carro voador modular que combina mobilidade terrestre e aérea.

O veículo, uma minivan com seis rodas, é um porta-aviões com 5,5 metros de comprimento e pode circular em vias públicas com uma carteira de habilitação comum. A aeronave elétrica destacável, de decolagem e pouso vertical (eVTOL), possui modos de voo automático e manual e planejamento inteligente de rotas. A velocidade chega até 360 quilômetros por hora e tem autonomia de voo de 500 quilômetros.

Com capacidade de produção inicial de 5 mil unidades por ano, que poderá chegar a 10 mil, a XPENG já recebeu quase 5 mil encomendas. A produção em larga escala e as primeiras entregas estão previstas para 2026. O preço estimado é de 1,7 milhão de reais.

## O lucro das massas

A M. Dias Branco, gigante do setor de alimentação, apresentou resultados sólidos no terceiro trimestre de 2025, impulsionados pelo forte crescimento das vendas e maior eficiência operacional. A companhia registrou receita líquida de 2,78 bilhões de reais, avanço de 15,8% em relação ao mesmo período de 2024. O volume vendido na mesma comparação foi 15,2% maior, totalizando perto de 482,9 mil toneladas. O lucro líquido atingiu 216,1 milhões de reais, alta de 73,3%, enquanto o Ebitda cresceu 39%, chegando a 318,1 milhões de reais. O crescimento foi impulsionado pelo bom desempenho das linhas de biscoitos e massas, estratégia de *trade marketing* mais agressiva e otimização da estrutura de custos. Segundo a empresa, a recuperação do consumo e o reposicionamento de marcas fortaleceram a presença da M. Dias Branco no varejo nacional, consolidando sua liderança no setor de alimentos.

## A cereja do bolo *diet*

A disputa no mercado global de emagrecedores sempre olha para lucros gordos. Jornais de todo o mundo noticiaram a briga da Pfizer e da Novo Nordisk pela norte-americana Metsera, marca desconhecida da maioria dos consumidores, mas que promete ser tão popular quanto suas concorrentes.

Fundada em 2022, em Nova York, com aporte dos fundos Population Health Partners e ARCH Venture Partners, a Metsera surgiu com um foco claro, desenvolver terapias inovadoras contra a obesidade. Em três anos, a empresa saiu do estágio inicial para abrir capital na Nasdaq, levantando 275 milhões de dólares e despontando como a mais desejada das pequenas em um segmento bilionário.

O diferencial da Metsera está nos seus compostos NuSH, capazes de reduzir o apetite e melhorar o metabolismo com menos efeitos colaterais. Entre seus principais produtos estão o MET-097i, um agonista de GLP-1 de ação ultralonga. Diferente de seus concorrentes, a aplicação é mensal, o que permite muito mais comodidade para o usuário. O MET-233i, um análogo do hormônio amilina, combinado ao primeiro, potencializa a perda de peso. A empresa também desenvolve versões orais desses medicamentos.

Para a Novo Nordisk, líder de mercado com Ozempic e Wegovy, a compra seria uma forma de manter a dianteira tecnológica e ampliar o portfólio com opções de dose mensal. Para a Pfizer, que havia interrompido seu próprio projeto de remédio oral para obesidade, a Metsera representava uma volta imediata à disputa por um mercado que pode chegar a 150 bilhões de dólares nos próximos anos.

Após uma verdadeira guerra de ofertas, a Pfizer venceu a concorrência ao oferecer até 10 bilhões de dólares e garantir maior segurança regulatória que sua rival dinamarquesa, cujo domínio no setor poderia gerar entraves antitruste. O resultado complica a vida da Novo Nordisk, que enfrenta a concorrência da Eli Lilly, e recoloca a Pfizer em linha com o setor biofarmacêutico com maior potencial de crescimento nos próximos anos.

## Vai dar pé

O terceiro trimestre de 2025 deixou clara a mensagem de que, para a Alpargatas, o ano vai dar pé. A empresa, dona da marca Havaianas, apresentou forte recuperação no terceiro trimestre de 2025, com lucro líquido de 171 milhões de reais, alta de quase 200% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida avançou 7,5%, chegando a 1,11 bilhão de reais. Merecem destaque os resultados da Havaianas Internacional. As vendas da divisão cresceram 7%, chegando a 4,9 milhões de pares. Na Europa, o crescimento foi de 8% e, nos EUA, o volume cresceu 15%. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

**PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.**
Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países

# Da China, com inveja

▶ O país tem bilionários e empresários privados poderosos, mas não existe espaço para eles dominarem as políticas públicas

Escrevo da China, desta vez – e com inveja. Há dois tipos de inveja. A maligna, que é a dos EUA e da Europa, leva-os a tentar barrar o progresso da China o tempo todo. A benigna admira esse progresso e quer, dentro do possível, e *mutatis mutandi*, aprender com os chineses e incorporar elementos do modelo que eles vêm seguindo.

Os chineses aprenderam com a experiência latino-americana, infelizmente de forma negativa. Ou seja, observando nossos erros estratégicos, viram *o que não fazer*. Se pudesse resumir a questão em uma frase, diria: a China, ao contrário da América Latina, não seguiu o Consenso de Washington e a onda neoliberal. Pensou por conta própria e construiu, com grande sucesso as suas próprias soluções, adaptadas às circunstâncias nacionais. Copiou quando conveniente, inovou sempre que necessário.

No entanto, a admiração pela performance da China não deve nos impedir de ver as dificuldades que o país enfrenta. Uma delas é a desaceleração da economia, decorrente de certa perda de dinamismo das exportações e do investimento. O protecionismo contra a China cresceu, estreitando mercados importantes, nos Estados Unidos e na Europa principalmente. Em alguns setores da economia chinesa, notadamente no imobiliário, houve investimentos em excesso, resultando em capacidade ociosa. Essa desaceleração da economia cobra o seu preço em termos de desemprego. A alta taxa de desemprego entre os jovens, por exemplo, constitui um problema social de primeira ordem.

Mas fato é que o modelo econômico chinês tem sido extraordinariamente bem-sucedido. Como caracterizá-lo de forma sintética? Talvez começando pelo que ele não é. Não se trata de uma economia de mercado pura e simples, ou seja, não é um sistema capitalista clássico ou tradicional. Não cabe nem mesmo designá-lo como "capitalismo de Estado", como se faz com frequência nos meios ocidentais, tanto acadêmicos como jornalísticos. O Estado tem presença tão avassaladora na economia e na sociedade que essa expressão se revela enganosa.

**Também está claro** que o modelo chinês iniciado por Deng Xiao Ping, em 1979, é bem diferente dos modelos soviéticos e chineses do tempo da economia centralmente planificada. O que se buscou na China foi reestruturar a economia, abrindo espaço para o mercado e o setor privado, sem repetir, porém, os erros cometidos por Mikhail Gorbachev, nos anos 1980, com a Perestroika (reestruturação econômica) e a Glasnost (liberalização política).

O que fez a China, com base em uma avaliação cuidadosa da trajetória da União Soviética na sua década final e da Rússia nos anos 1990? Duas coisas, basicamente. Primeira: a Perestroika chinesa foi muito mais cautelosa e gradual. Não houve, como na Rússia, tratamento de choque na economia, privatizações em massa e liberalização abrupta. A abertura econômica foi feita passo a passo, sem desmontar as estruturas estatais e mantendo o controle sobre os setores estratégicos da economia. Segunda coisa: não houve Glasnost na China. O Partido Comunista Chinês permanece como partido único, todo-poderoso, com grande influência na sociedade e na economia. Existem bilionários e empresários privados poderosos, mas na China eles não se criam. Eles não têm papel político e não se lhes permite dominar as políticas públicas. Um cenário totalmente diferente do que se vê, por exemplo, nos Estados Unidos, onde os donos do dinheiro são donos do poder, convertendo a chamada democracia em uma plutocracia (o governo dos endinheirados).

Para começar a entender o modelo chinês, é preciso dar voz aos próprios chineses. Eles caracterizam o seu modelo como "socialismo com características chinesas". Usam sintomaticamente o termo "socialismo" no lugar do "comunismo" soviético ou maoísta. E por que dizem "com características chinesas"? É que aqui as forças de mercado têm grande peso, mas operam dentro de um quadro estritamente controlado pelo Estado e pelas agências e instituições estatais.

Por falta de espaço, dou apenas um exemplo (uma versão mais completa deste artigo pode ser encontrada na *CartaCapital online*). O sistema bancário da China é quase totalmente dominado por bancos estatais. Aqui não existem Bradescos, Itaús ou Santanders. Os chineses não conhecem nem querem conhecer esse tipo de instituição. O setor bancário é estratégico do ponto de vista macroeconômico e sempre ficou sob domínio de bancos públicos.

Por esses e muitos outros motivos, precisamos estudar mais a China e aumentar as nossas interações com os chineses. Vale o esforço de superar as barreiras linguísticas, culturais e geográficas. Sem cair na imitação servil, levando sempre em conta as nossas condições históricas e políticas, podemos aprender muito com eles. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

ines249



# Mão amiga

**EMPREENDEDORISMO** Estudo comprova que apoio consultivo e crédito estruturado ampliam a sobrevivência e a diversificação das pequenas e médias empresas

POR ALLAN RAVAGNANI

Para uma pequena ou média empresa, ultrapassar os cinco anos de atividade é uma vitória estatística. A maioria não chega até lá. Seis em cada dez negócios abertos no Brasil fecham as portas antes desse prazo. Aqueles que permanecem enfrentam instabilidade, falta de crédito e falhas de planejamento. Ainda assim, sobrevivem, e a dúvida é o que as faz seguir.

Todo negócio carrega seu próprio risco. Nem toda ideia é brilhante, nem sempre o fracasso vem do ambiente, mas muitas vezes as barreiras estruturais sufocam boas iniciativas. Antes de nos aprofundarmos no tema, é preciso dizer que a alta taxa de mortalidade empresarial nem de longe é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Nos Estados Unidos, menos da metade (47%) das novas empresas sobrevive aos primeiros cinco anos de operação, de acordo com os dados da Small Business Administration. Passada uma década, menos de 35% continuam ativas, de acordo com o Bureau of Labor Statistics. Na União Europeia, o cenário é semelhante. Segundo dados do Eurostat, 45% das empresas criadas em 2014 permaneciam ativas em 2019, com variações significativas entre os países. Na Suécia e na Bélgica, a taxa de sobrevivência em cinco anos ultrapassa 57%, enquanto na Lituânia e em parte do Leste Europeu não chega a 30%. No primeiro ano, o índice europeu médio é mais alto, cerca de 82%, o que indica que o problema global do empreendedorismo não é começar, mas sustentar o crescimento.

**Esses dados revelam** que a sobrevivência empresarial depende menos do ambiente macroeconômico e mais da qualidade das relações que sustentam o negócio. Um estudo da Fundação Getulio Vargas, encomendando pelo Itaú Empresas, intitulado *Empresas Que Geram Valor: O Impacto da Relação Financeira na Prosperidade das PMEs*, oferece novas pistas sobre essa equação. A pesquisa analisou a base de 1,7 milhão de micro, pequenas e médias empresas clientes do Itaú e constatou que a combinação de crédito estruturado e atendimento consultivo amplia em 30% a taxa de sobrevivência após cinco anos. No primeiro ano, o aumento é perceptível, com uma chance 8,6% maior de seguir em operação.

**Quanto mais duradoura a parceria, maior a longevidade**

O levantamento utilizou uma metodologia considerada de fronteira, baseada em três técnicas complementares. A primeira, o matching 1:1, pareou cada empresa cliente a uma "gêmea" não cliente do mesmo setor, porte e localidade. A segunda, de "diferenças-em-diferenças", acompanhou as companhias ao longo do tempo para medir os efeitos diretos do relacionamento bancário, isolando choques externos. Por fim, a "matriz de insumo-produto", desenvolvida a partir dos dados do IBGE, mediu o impacto agregado do crédito sobre PIB, emprego, renda e arrecadação.

Os resultados indicaram que o relacionamento consultivo tem efeito prolongado e cumulativo. Quanto mais duradoura a parceria, maior a capacidade de adaptação das empresas. Esse acompanhamento contínuo resulta em decisões mais precisas, ampliação de atividades e gestão financeira mais equilibrada. O empresário que aprende a interpretar seus próprios números e o ambiente no qual atua passa a resistir pelo maior preparo.

A pesquisa também mostrou que o apoio estratégico contribui para diversificar a base produtiva. As empresas analisadas apresentaram, em média, 25% mais registros de CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) do que aquelas sem orientação. Em outras palavras, tornam-se mais complexas, inovam e buscam novas fontes de receita. Um exemplo real descrito pelos pesquisadores é o de uma padaria que, após receber aconselhamento, expandiu sua atuação e passou a produzir industrialmente pães e doces, reduzindo a dependência das vendas diárias.

O efeito multiplicador é visível quando se nota que cada real concedido em

ines249

ISTOCKPHOTO

crédito produtivo, estima-se um acréscimo de 1,56 no PIB. Em cinco anos, o impacto acumulado alcança 486 bilhões de reais, com a manutenção de 6 milhões de empregos, 227 bilhões em renda das famílias e 156 bilhões em tributos arrecadados. Somente em um ano, o crédito produtivo somou 97 bilhões em impacto sobre o PIB e sustentou 1,2 milhão de postos de trabalho.

Para o professor Daniel da Mata, coordenador da pesquisa, a evidência empírica demonstra que o crédito, quando associado a orientação e confiança, torna-se instrumento de desenvolvimento. "Quando o relacionamento financeiro é pautado por proximidade e planejamento, a empresa ganha fôlego e o País colhe estabilidade. A diferença está em transformar o crédito em ponte, não em obstáculo."

O apoio consultivo estimula a inserção internacional dos pequenos e médios empreendimentos. As empresas acompanhadas têm 70% mais chance de exportar e 50% mais chance de importar do que as demais. Exportar, observam os economistas, exige visão de futuro e eficiência operacional, gerando ganhos de produtividade e margens de lucro entre 15% e 25%. Importar insumos e tecnologias de maior qualidade aumenta, por sua vez, a competitividade e reduz custos.

**Para Cadu Peyser,** diretor de estratégias para PMEs do Itaú, cuja base serviu de referência para o estudo, o papel das instituições financeiras vai além do crédito. "O sistema financeiro pode e deve ser parte da solução para os desafios do empreendedorismo no Brasil. O apoio consultivo cria vantagem competitiva e ajuda negócios promissores a atravessar períodos de incerteza. Esse é o verdadeiro motor de desenvolvimento econômico e social."

Além de medir a sobrevivência, o estudo iluminou um debate sobre desenvolvimento. Ele mostrou que a prosperidade das pequenas e médias empresas é um indicador da maturidade econômica de um país e que políticas públicas eficazes precisam enxergá-las como protagonistas, não coadjuvantes. Nesse ponto de equilíbrio entre preparo e ousadia, o que emerge é o que os pesquisadores definem como "impulso empreendedor", a energia que permite atravessar crises, adaptar-se às mudanças e manter viva a capacidade de gerar valor.

ines249



# Quatro contra uma

**CHILE** Um quarteto reacionário disputa a vaga de adversário da comunista Jeannette Jara no segundo turno das eleições

POR MURILO MATIAS

Na primeira eleição presidencial após a instituição do voto obrigatório, sob pena de multas que podem variar ao equivalente entre 100 e 500 reais, mais de 15 milhões de chilenos escolherão no domingo 16 os dois candidatos que se enfrentarão no segundo turno. A comunista Jeannette Jara, candidata oficial, lidera as intenções de voto, mas a direita, caso se una, reúne maiores condições de eleger o substituto de Gabriel Boric. Quatro nomes direitistas disputam palmo a palmo a vaga oposicionista para enfrentar Jara: o veterano senador Jose Antonio Kast, o extremista Johannes Kaiser, Evelyn Matthei e Franco Parisi. "Milhões que irão votar pela primeira vez não possuem cultura política ou ideologia, podendo escolher no último momento, com grande influência das redes sociais. São eleitores que podem optar por Jara, Kast ou Kaiser sem maiores contradições", afirma o sociólogo Ivan Carrasco Mora.

A imprevisibilidade do resultado contrasta com uma campanha dominada pelos reacionários em relação à segurança e migração, com propostas para reduzir a maioridade penal e tornar mais rigoroso o controle das fronteiras, pautas com grande apelo em estratos sociais ameaçados pela criminalidade e inconformados com o número de estrangeiros ilegais, estimados em mais de 300 mil. "Os chilenos estão preocupados com a inflação dos bens de consumo básicos e da conta de energia, além das aposentadorias insuficientes e a insegurança. O mal-estar generalizado volta-se contra o governo, razão pela qual parte dos eleitores se aproxima da extrema-direita, não tanto por identificação, mas por ser uma alternativa à precária situação que enfrentam em seus cotidianos", completa Mora.

**O engenheiro Patricio** Gahona Rojas, morador de Santiago, integra o grupo dos insatisfeitos, estimado em 60% da população, e já tomou seu partido. "A economia piorou muito. Em quatro anos, o valor dos combustíveis dobrou, o quilo do pão triplicou. Kast se diferencia por seu discurso coerente e tem chances reais de vitória", diz, em referência ao senador que promete não só expulsar imigrantes sem documentação, mas obrigá-los a pagar o custo da deportação.

No espectro oposicionista, em que pesem as prováveis alianças futuras, os candidatos apresentam diferentes estratégias e características. "Kaiser é o mais radical, vinculado a novos movimentos de direita, ao antiglobalismo, no estilo Javier Milei. Matthei conquista boa parte do piñeirismo, simpatizantes do ex-presidente Sebastián Piñera, eleito duas vezes, e tenta aproximar-se do centro", descreve o jornalista Mauricio Gandara. "Kast é mais religioso, na linha Opus Dei. Kayser é desbocado, pouco estudioso. Ambos fascistas. Franco Parisi, por sua vez, tenta emplacar a ideia de *outsider*", sintetiza a estudante Manuela Belén. A intensidade da disputa é terreno fértil para as *fake news*. Uma das mais compartilhadas afirma que Matthei, prefeita até 2024 de Providencia e política experimentada em vários cargos, teria Alzheimer. Tais mensagens foram amplamente replicadas por

**Pela primeira vez, o voto será obrigatório**

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 44
**EUA.** A pobreza e a insegurança alimentar só crescem no país de Trump

contas ligadas ao partido de Kast, que pediu desculpas depois do leite derramado.

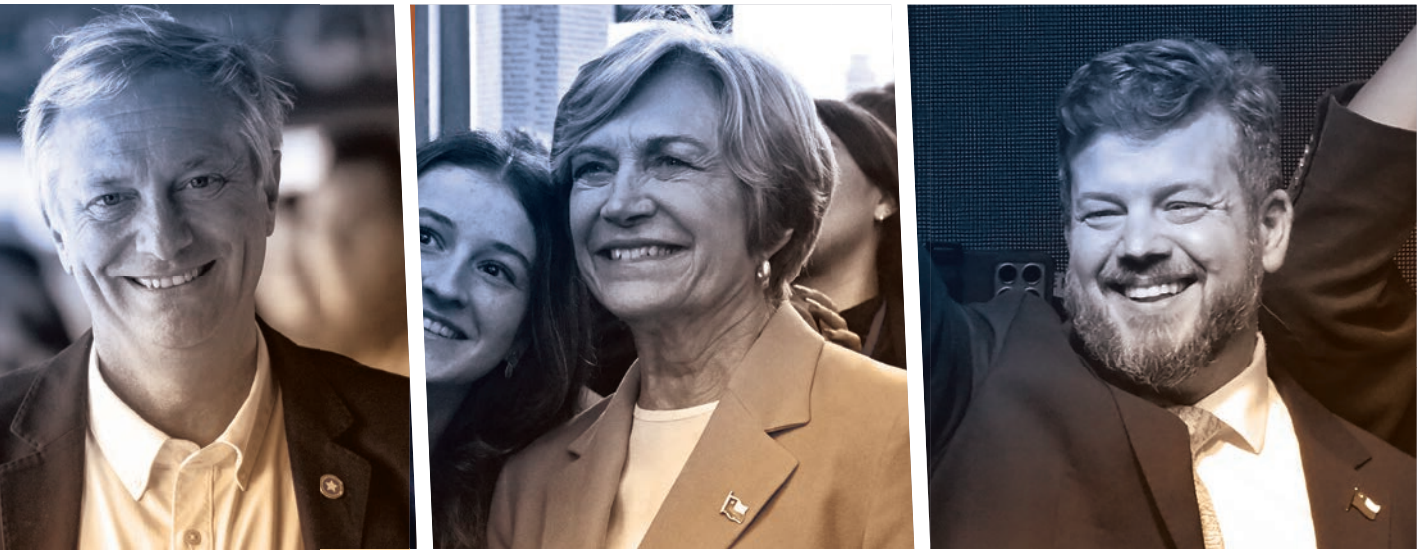
A força eleitoral da esquerda, apesar da baixa aprovação de Boric, pouco superior a 30%, conforme o instituto Criteria, dão fôlego a Jara no primeiro turno, mas tendem a limitar seu desempenho na segunda volta. A esperança governista está na própria candidata, carismática e reconhecida pelos chilenos como uma excelente ministra do Trabalho, responsável por aprovar a redução da jornada sem corte no salário. Para os críticos, a comunista perdeu, no entanto, a capacidade de ampliar o eleitorado ao não demonstrar certa independência em relação à administração de Boric. "Aqui há o voto herdado. É como no futebol, quando o filho acompanha os pais na torcida por um time. Se a família tem uma posição política, costuma haver consonância entre seus integrantes, mas é preciso ir além para ampliar apoios", comenta o ator Nuno Hidalguez, enfatizando a presença da comunista em atos no Norte, onde se concentra o fluxo migratório. No arquipélago de Juan Fernández, onde vivem, aproximadamente, mil habitantes e a campanha praticamente não chega, a professora Natalia Ortega elogia a ação estatal. "Depois de 14 anos do tsunami, é a primeira administração que está construindo uma nova escola", ao citar um dos maiores desastres naturais registrados no país, em 2010, com mais de 500 mortos.

**Esses e outros problemas** socioambientais podem agravar-se com a flexibilização de parâmetros regulatórios e a redução de áreas protegidas, alega o ambientalista Cristóbal Sepúlveda. "A lei de *fast check* ambiental é um retrocesso. Há casos críticos. Calama sofre com a contaminação histórica causada pela mineração, o resíduo industrial nas zonas de Quintero e Puchuncaví segue a provocar casos de intoxicação." É uma referência às chamadas zonas de sacrifício, territórios assim classificados pelo esgotamento causado pelo extrativismo e cadeias econômicas a ponto de inviabilizar a vida humana. Em tempos de COP30, o pesquisador afirma que a participação da delegação chilena deveria evidenciar as ameaças de retrocesso e riscos para os defensores da terra. Nesse contexto, está o caso de grande repercussão envolvendo o desaparecimento, há mais de um ano, da líder mapuche Julia Chuñil, após denunciar a ação predatória de empresas.

Outro ponto que gera debates inflamados é o projeto do candidato Kaiser de indultar militares condenados por crimes durante a ditadura. A partir de 2026, o presídio de Punta Peuco, até então exclusivo para integrantes das forças armadas, passará a ser uma penitenciária comum, situação que desagrada aos segmentos reacionários.

Em meio a dilemas e conflitos internos, o Chile pode ter protagonismo internacional em outra frente, com a candidatura da ex-presidente Michelle Bachelet para o Secretariado-Geral da ONU. Sobre esse tema há mais consenso. Segundo a organização Cadem, 57% dos entrevistados se sentiriam orgulhosos no caso da nomeação.

Quanto à escolha interna, o cenário permanece incerto. O segundo turno está marcado para 14 de dezembro. •



**Ringue.** Jara (*primeira à esquerda*) lidera as pesquisas de primeiro turno, mas enfrenta a oposição feroz de Kast, Matthei e Kaiser, além de Parisi

RODRIGO ARANGUA/AFP, REDES SOCIAIS E RAUL BRAVO/AFP

ines249



# Sem misericórdia

## EUA A pobreza crônica na nação mais rica do planeta agrava-se no governo Trump

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

A maior paralisação do governo federal na história dos Estados Unidos foi encerrada na terça-feira 11, mas os impactos dos mais de 40 dias de interrupção dos serviços federais escancaram a penúria de uma grande parte da população. Em outubro, a administração de Donald Trump cancelou o relatório anual sobre insegurança alimentar, sob a justificativa de falta de recursos para a coleta de dados. O relatório, por décadas o principal termômetro da fome nos EUA, mostrou que, em 2023, aproximadamente 47 milhões de norte-americanos enfrentaram insegurança alimentar, número que inclui perto de 14 milhões de crianças, maior índice registrado desde 2014. O cenário agravou-se com as medidas adotadas por Trump desde o início do segundo mandato. O desmonte de proteções básicas inclui cortes significativos no financiamento do Medicaid e do Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP, *na sigla em inglês*), dois dos principais programas de assistência à saúde e à alimentação do país.

No auge da crise provocada pela paralisação federal, Trump reforçou sua posição. "Nenhum benefício do SNAP será pago até o governo reabrir." A decisão de tratar 42 milhões de norte-americanos, aproximadamente 12,3% da população, que dependem do programa como peões políticos apenas desvelou suas prioridades. Para o republicano, o impasse orçamentário deu margem para iniciar o encerramento do que avalia ser "desperdício de dinheiro público". "Os democratas estão sendo destruídos pelo *shutdown* porque estamos fechando seus programas, aos quais éramos contrários, e que nunca quisemos que acontecessem. Nós vamos fechá-los e não vamos deixar que eles voltem", afirmou o presidente a jornalistas durante coletiva no Salão Oval.

**O desmantelamento** faz parte do reacionário "Projeto 2025", que lista propostas para "endurecer requisitos de trabalho para a elegibilidade, eliminar flexibilidades estaduais e revogar as atualizações que aumentaram o valor dos benefícios". Desde a aprovação da Lei Orçamentária One Big Beautiful Bill, em julho, democratas denunciam a agenda republicana como "uma escolha intencional e cruel" que amplia as desigualdades nos EUA, mas não poupa nas reformas milionárias e vulgares na Casa Branca. "O presidente Trump está disposto a deixar milhões e milhões de crianças, seus pais e avós passarem fome porque, talvez, veja nisso um ganho político", publicou o senador Bernie Sanders em suas redes sociais. O governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, criticou, por sua vez, a postura do vice-presidente. "JD Vance é um completo falso... Cortar o SNAP prejudica pessoas reais que dependem dele, especialmente crianças e idosos. É fácil falar grosso, mas o trabalho de verdade é manter programas como o SNAP fortes, e JD Vance falhou nisso."

**A taxa deve subir de 10,4% para 10,7% da população, calculam especialistas**

Em setembro, um estudo da Universidade Yale mostrou que a insegurança alimentar e a pobreza nos EUA aumentaram sob os impactos das políticas econômicas do governo Trump e, reforçadas pelas novas tarifas, deverão empurrar entre 650 mil e 875 mil norte-americanos para a pobreza até 2026. Os dados apontam ainda que a taxa de pobreza, que atingiu 10,4% antes da escalada tarifária, pode crescer para 10,7%, com as famílias de baixa renda entre as mais afetadas. O estudo mostra ainda que 375 mil crianças podem vir a fazer parte desse grupo, que já sofre com a falta de acesso a itens básicos. A piora não é apenas consequência da economia, mas do desmonte das políticas públicas de apoio a essa população.

Dados sobre o uso do SNAP em 2025 mostram que o benefício é predominantemente utilizado em estados governados pelos democratas. Novo México (21,5%), Oregon (18,1%), Massachusetts, Nevada, Pensilvânia e Nova York lideram entre aqueles com maior porcentual de residentes inscritos no programa. As unidades da federação, que concentram grandes populações urbanas, apresentam uma demanda mais intensa pelos vales-alimentação, refletindo as especificidades sociais e econômicas dessas regiões metropolitanas. Estados majoritariamente republicanos, como Louisiana (17,5%), Oklahoma (16,9%) e Texas, também apresentam altos números de beneficiários.

Por ser do interesse político de todos,

ines249

**Retrato do "império".** A paralisação das atividades do governo federal atingiu os programas sociais, indispensáveis para uma parcela crescente da população

ISTOCKPHOTO

na calada da noite da segunda-feira 10, o esboço do Projeto de Lei de gastos federais foi desenhado no Senado entre republicanos e oito integrantes da bancada democrata. O texto inclui uma "disposição" para o financiamento integral dos benefícios do SNAP até o fim de setembro de 2026. Atualmente, os gastos anuais com o programa somam 106 bilhões de dólares, quase o dobro em termos reais desde 2008, quando os valores estavam em torno de 52 bilhões. Desde a recessão de 2008, o número de beneficiários cresceu 47% e o benefício médio subiu cerca de 30%, limitado a 188 dólares mensais por usuário, variando conforme o estado. São cerca de 6 dólares por dia para alimentação, valor abaixo do custo estimado para uma dieta saudável, o que coloca desafios às famílias que dependem exclusivamente do programa.

**Não há dúvida** de que o SNAP é a tábua de salvação para milhões que enfrentam a fome diariamente nos EUA. Quando o governo Trump pediu na Suprema Corte, na segunda-feira 10, que bloqueasse as decisões de tribunais inferiores que o obrigavam a pagar o valor integral dos benefícios de assistência alimentar, milhares de cidadãos se sensibilizaram e se mobilizaram para doar àqueles que dependiam dos recursos. Postos para receber doações foram criados em livrarias, feiras e escolas em diversas cidades do país. Ao mesmo tempo, pipocaram vídeos nas redes sociais nos quais supostos beneficiários eram flagrados em comportamentos considerados polêmicos, alimentando uma rede de controvérsias, tensões sociais e discussões sobre meritocracia. Como se programas como o SNAP ou o Medicaid refletissem bem mais do que as profundas divisões de desigualdade social, mas revelassem, sobretudo, as contradições de um país rico que resiste em proteger os mais vulneráveis. •

ines249



# Jornada sem fim

**TRABALHO** Reformas ultraliberais forçam o aumento da carga laboral no mundo, apesar dos efeitos discutíveis

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

O mundo do trabalho passa por transformações aceleradas, que apontam em direções opostas. Ao mesmo tempo cresce o número de países nos quais as jornadas semanais são encurtadas e também o daqueles em que as horas extras são multiplicadas indefinidamente. De um lado, pesa o argumento de que a redução das horas trabalhadas produz bem-estar e promove uma vida cujo sentido transcende a mera subsistência. De outro, imperam as promessas de que a multiplicação das horas extras gera mais riqueza e maiores salários. Ambos os campos, embora opostos, garantem que seus modelos aumentam a produtividade, por vias distintas.

A redução da jornada ganha fôlego sobretudo nos países em que a organização sindical é forte, e onde os governos de turno são de esquerda. Socialistas, social-democratas, verdes e trabalhistas apoiam e promovem a ideia de que trabalhadores felizes produzem mais, e de que a felicidade é inversamente proporcional às horas trabalhadas. Do lado contrário, governos neoliberais, guiados mais pelos sindicatos patronais e pelo mercado do que por considerações de cunho social, acreditam que cada empregado tem o "direito" de decidir por conta própria quantas horas de seu dia quer dedicar ao trabalho.

Essa ideia de liberdade total nas negociações aparece normalmente em "períodos de crise econômica", afirma Antônio Megale, sócio do escritório de direito trabalhista LBS e integrante do Instituto Lavoro, que pesquisa relações de trabalho e direitos sociais no mundo. É nessas horas que, segundo ele, "os direitos de quem trabalha são flexibilizados por meio das chamadas reformas trabalhistas, que resultam na prática em redução de direitos e enfraquecimento da proteção social, sob o argumento falacioso de estimular a economia e criar empregos".

**Na Argentina,** a deputada Romina Diez, do mesmo partido do presidente Javier Milei, o Liberdade Avança, propôs a ampliação da jornada diária de 8 para 12 horas, com a justificativa de incorporar 8 milhões de trabalhadores atualmente marginalizados no mercado informal e, com isso, aumentar a arrecadação tributária de um governo obrigado a pedir socorro aos Estados Unidos para conseguir fechar as contas. Além da multiplicação das horas extras, o projeto de Diez prevê a possibilidade de o empregador pagar uma parcela maior do salário com vale-refeição ou cestas básicas, além de acabar com a obrigatoriedade da contribuição sindical e de autorizar o parcelamento de multas trabalhistas em até 12 vezes.

**Grécia, Japão e Argentina, entre outros, propuseram elevação das horas trabalhadas**

Na Grécia, a situação é parecida. O país europeu passou por uma megacrise financeira em 2010 e, desde então, impõe pesado arrocho à própria população para se enquadrar nas exigências dos empréstimos devidos à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional. Lá, a legislação passou a permitir, desde 2024, a escala de seis dias semanais, com jornadas diárias de 8 horas. Mas a atual ministra do Trabalho, Niki Kerameos, defende que trabalhadores e empregados possam negociar jornadas de até 13 horas diárias. "A ampliação da jornada surge como resposta de curto prazo a crises estruturais, mas sem analisar e sem pensar em antídotos contra as suas causas: a desigualdade, a informalidade e

ines249

AIZAR RALDEZ/AFP E KKE/PARTIDO COMUNISTA DA GRÉCIA

**Contrarreformas.** Manifestantes saem às ruas na Grécia contra a proposta do governo de 13 horas diárias. Aliados de Milei sugerem turnos de 12 horas

a concentração de renda", diz Megale.

No Japão, a nova primeira-ministra, Takaichi Sanae, que assumiu em outubro como a mais nova estrela do liberalismo local, pediu a seu ministro da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social, Ueno Kinichiro, que apresente uma proposta de flexibilização da jornada laboral. Os japoneses não tinham nenhum limite para horas extras, até 2019, quando o então *premier* Shinzo Abe fixou o teto de 45 horas semanais, com brechas para limites de até 100 horas em casos especiais. A reforma de Abe, considerada civilizadora à época, corre agora o risco de cair por terra, sob o argumento patronal de tornar a economia mais competitiva. Os japoneses olham certamente para o caso da Coreia do Sul, onde, em 2023, o então primeiro-ministro, Yoon Sul-yeol, aumentou de 52 horas para 69 horas a jornada semanal, abrindo a possibilidade de intercalar turnos intensivos com folgas mais longas.

João Victor Figueiredo Soares, sócio de Megale no escritório LBS, fez, a pedido de *CartaCapital*, um levantamento de países que avançam na direção contrária. Reino Unido, Portugal e Alemanha são exemplos em que a produtividade cresceu à medida que as horas trabalhadas diminuíram. Esses experimentos elencados por Soares foram conduzidos por uma organização chamada 4 Day Week Global (Semana Laboral de 4 Dias no Mundo, em tradução livre), que, desde 2019, produz, em parceria com empresas, sindicatos, universidades e governos, testes de redução de jornada, com monitoramento de vários indicadores aferíveis.

**O maior experimento** ocorreu no Reino Unido, em 2022, com 61 empresas e cerca de 2,9 mil trabalhadores. Os britânicos registraram redução de 71% no nível de *burnout*, queda de 65% nos dias de afastamento por licença médica, aumento de 1,4% na receita média das empresas e mais de 90% de adesão ao modelo proposto, após o fim do experimento.

Portugal fez um laboratório piloto com 21 empresas, entre junho de 2023 e janeiro de 2024, recolhendo avaliação positiva em 95% dos casos. Apesar dos resultados, o atual governo, de centro-direita, acaba de propor a flexibilização das leis trabalhistas, com jornadas de até dez horas diárias. Na Alemanha, o piloto foi feito com 45 empresas, em 2024 e 2025, resultando na diminuição de 60% nas reuniões e no aumento de 25% na adoção de ferramentas digitais que agilizam o trabalho. A Bélgica adotou, em fevereiro de 2022, o meio-termo: o indivíduo pode reduzir os dias trabalhados na semana, redistribuindo as horas em jornadas que não excedam 9,5 horas por dia.

No Brasil, a proposta para acabar com a escala 6x1 está na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, e deve ganhar impulso com o engajamento do governo Lula, que tem mobilizado parlamentares da base aliada e movimentos sociais para fazer avançar um projeto sobre o tema, que teria tramitação mais rápida que aquela de uma Proposta de Emenda Constitucional. Há forte resistência das entidades patronais, principalmente no comércio e nos serviços. •

ines249



# Um gênero e suas nuances

**EXPOSIÇÃO** Alvo de uma CPI na Câmara Municipal, o funk tem sua história contada e revista no Museu da Língua Portuguesa

POR AUGUSTO DINIZ

GÊ VIANA E AFOTOGRACRIA

Nascido como um gesto de rebeldia no período pós-ditadura, o funk ainda é visto pelo Poder Público como um problema a ser enfrentado nas periferias brasileiras. O questionamento das letras – que incitariam à violência e mesmo à sexualização precoce – e dos bailes é, segundo a pedagoga Renata Prado, diretora da Frente Nacional de Mulheres do Funk, uma constante no País.

Renata, uma das testemunhas ouvidas na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pancadões, em andamento na Câmara Municipal de São Paulo, é também uma das curadoras da exposição *Funk: Um Grito de Ousadia e Liberdade*, em cartaz no Museu da Língua Portuguesa, a partir do sábado 15.

Enquanto, na CPI, o funk é olhado a partir de um viés de criminalização, o museu busca desfazer alguns dos estigmas do gênero nascido nas periferias brasileiras.

Originário dos Estados Unidos, o funk teve as primeiras execuções no Brasil nos bailes de *black music*, a partir dos anos 1960, mas somente nos anos 1990 ganhou vida própria por aqui.

A exposição, que chega a São Paulo depois de ter passado um ano e meio em cartaz no Museu de Arte do Rio, perpassa a evolução do gênero. Na versão paulista, são incorporadas, aos quase 500 vídeos, fotografias, pinturas, esculturas e instalações, referências do funk no Estado de São Paulo.

**Renata Prado afirma** que um dos objetivos da exposição é conscientizar a população sobre o funk: "A música é importante, mas é preciso que as pessoas entendam essa cultura". Algumas das características do funk paulista são o fato de ele ter recebido forte influência do movimento *hip-hop* e de não ter aflorado na capital – caso do Rio de Janeiro –, mas na Baixada Santista.

**Nascido como um gesto de rebeldia pós-ditadura, o funk ainda tende a ser visto pelo Poder Público como um problema**

A exposição conta essa trajetória por meio de sete espaços e de uma linha do tempo na qual são relembrados acontecimentos marcantes da história do funk, reveladores da repressão e da perseguição ao gênero.

Na entrada do museu há uma obra de quase 1,5 metro representando um tênis Mizuno, símbolo do movimento funk em São Paulo, feita em papelão reciclado pelo artista visual O Tal do Alê.

Nela estão penduradas mensagens em homenagem a nove jovens mortos em 2019 no "Baile da 17", em Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo, durante uma ação policial. A escultura remete à resistência do movimento. Antes e depois do "Baile da 17" outras mortes ligadas ao funk foram registradas no País.

Em um espaço dedicado à Baixada Santista, a exposição apresenta uma ins-

ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 50
**Música.** Com novo álbum, Djavan dá início à celebração de seus 50 anos de carreira

**Sons e imagens.** Quadros, como *Radiola de Promessa*, da maranhense Gê Viana, e fotos, como as da série *Fotogracria*, feita na Rocinha, no Rio, ajudam a desfazer alguns estigmas

talação de Rafa Black que reproduz um altar com fotos de funkeiros assassinados – dentre eles, o mais conhecido era o MC Daleste, morto após ser baleado durante um show em Campinas, em 2013.

Outro funkeiro morto, Felipe Boladão (1989–2010), representante do movimento na Baixada Santista, é lembrado em um conjunto de fotos intitulado *Oxum da Quebrada*, de Danilo Simplício, exibido sob o som da música *Linda Oxum*, de Boladão. A obra liga o funk brasileiro à ancestralidade, aludindo à base afro do gênero.

A ideia de opressão é também o mote de uma sala dedicada ao funk paulistano, dos anos 2000 até os dias de hoje. O espaço traz, por exemplo, as fotografias de Breno Brandão, que registrou, em 2013, o chamado "rolezinho" no Shopping Metrô Itaquera, na Zona Leste da capital paulista. O encontro, marcado virtualmente, reuniu cerca de 6 mil jovens e foi o primeiro desse tipo realizado na capital.

Os rolezinhos foram uma maneira encontrada pelos moradores da periferia de se divertir em meio à falta de espaços públicos de lazer. Com o tempo, esses agrupamentos em shoppings passaram a sofrer repressão policial.

Mas nem só de referências à violência e à luta por legitimidade se faz *Funk: Um Grito de Ousadia e Liberdade*. A curadoria procurou, por exemplo, estabelecer diálogos entre os sentidos presentes em obras de nomes-chave da arte contemporânea brasileira, como Panmela Castro, Maxwell Alexandre, Gê Viana e Gabriel Labarba, e o movimento.

**E, em um dos últimos** espaços expositivos, é retratado o "funk do futuro", que inclui a presença do gênero na educação, no campo acadêmico e no ativismo. Para Renata Prado, esse espaço é essencial por colocar a cultura funk dentro do espaço de valorização da educação e do ensino difundido pelo Museu da Língua Portuguesa.

Na sala, há imagens de funkeiros em escolas, para mostrar a relação do gênero com a educação, além de acervos de livros sobre o funk produzidos pela academia e membros do movimento.

A exposição promove ainda uma comparação linguística do gênero a partir da palavra e do jeito de cantar nos diferentes lugares. Como pontua a curadora, há uma relação fonética muito grande entre os funkeiros cariocas e os caiçaras da Baixada Santista.

Em cartaz até agosto de 2026, a 2 quilômetros da sede da Câmara Municipal, *Funk: Um Grito de Ousadia e Liberdade* contribui para a compreensão do gênero e sua relação com o espaço público e, consequentemente, para o aprofundamento da discussão política em curso. •

ines249



# Há 50 anos na crista da onda

**MÚSICA** Djavan tem mais de 5 milhões de audições mensais no Spotify e acaba de lançar um disco com novas composições

POR EDUARDO MAGOSSI

Era início de 1987 quando, ao atender o telefone, Djavan ouviu, do outro lado da linha, Quincy Jones. O produtor musical norte-americano tinha um pedido: que ele escrevesse uma canção para o álbum de Michael Jackson que estava então produzindo, e que viria a se tornar o multiplatinado *Bad*.

Jones e Djavan haviam se aproximado e ficado amigos durante a temporada que o músico brasileiro passou em Los Angeles, gravando o disco *Luz*, no início daquela década. Impressionado com a qualidade de Djavan, Jones contribuíra então para que algumas portas do mercado internacional se abrissem para sua música.

Depois da ligação, Djavan começou a trabalhar na canção encomendada, mas no seu ritmo. E, embora ele tenha chegado a visitar Jones e Jackson nos estúdios de mixagem do álbum, em Los Angeles, acompanhado dos filhos Max e Flávia, sua composição nunca foi gravada.

"Acho que demorei demais para entregar a música", rememora ele, em entrevista a *CartaCapital*, em um hotel da região da Avenida Paulista, em São Paulo, no trabalho de divulgação de seu novo álbum, *Improviso*.

Segundo Djavan, desde aquela viagem, os filhos sempre pediam para ele gravar a canção que, finalmente, tirou da gaveta. O *rhythm and blues*, que não teria feito feio em *Bad*, foi gravado com nova letra, em homenagem ao próprio Rei do Pop.

Com arranjo que remete à *Billie Jean*, de Jackson, *Pra Sempre* é uma das 12 faixas do álbum cujo lançamento dá início às comemorações dos 50 anos de carreira do músico, com clímax programado para 9 de maio do próximo ano, quando começa a turnê *Djavanear*, no Allianz Parque, em São Paulo.

**O nome da turnê** toma emprestado o verbo criado por Caetano Veloso em resposta ao verso composto por Djavan na música *Sina*: *Caetanear o que há de bom*.

No show, que percorrerá o País, o músico promete cantar apenas seus maiores sucessos. E sucessos não faltam. Antigos e novos. O lançamento mais recente, *O Vento*, regravação de canção composta para Gal Costa nos anos 1980, lançado em 23 de outubro, já conta com 1,5 milhão de visualizações.

> O álbum traz uma canção encomendada pelo produtor de *Bad*, de Michael Jackson, mas nunca gravada

Mesmo com turnê comemorativa no horizonte, Djavan acredita ser essencial lançar novas músicas. "Criar, inventar novas canções, situações, letras, melodias, novos arranjos, tudo isso te deixa em um estado de graça muito grande", diz. "É o que eu mais gosto, na verdade: o improviso."

Para Djavan, compor é um risco: "Por isso, a espontaneidade tem de ser garantida, para que o compositor dê vazão para seu sentimento. Quando escolhe um tema, você está se arriscando", afirma, citando o exemplo de *Falta Ralar*, uma nova composição.

A música é sobre o relacionamento de dois adolescentes, uma menina de 15 anos e um menino ainda imaturo de 18. "É um risco falar de algo que não faz parte do seu universo, baseado na observação dos outros, dos meus netos", diz. "Não faço a menor ideia de como eu era quando tinha essa idade."

*Falta Ralar* é um bom exemplo de lugares inusitados para onde Djavan, aos 76 anos, leva o ouvinte em um disco recheado de histórias amorosas. "Amar é um risco também", afirma ele, fazendo eco à letra de *Um Brinde*, que diz: *Ir atrás do amor é um jazz*.

O jazz, não por acaso, destaca-se também no disco – que, como sempre acontece em seus trabalhos, mistura vários ritmos. "O improviso sempre me acompanhou", insiste. "Ele é, inclusive, uma reflexão sobre a melodia. E fazer um disco hoje, aos 50 anos de carreira fonográfica, não deixa de ser um improviso."

*Improviso* é mais sereno do que o disco anterior, *D*, que foi composto durante a pandemia e trazia preocupações com a polarização do País. Agora, são as várias fases e faces do amor que formam a narrativa do álbum. O todo parece ser reflexo da chegada do artista a um certo porto seguro.

ines249

A faixa de abertura, *Um Affair*, tem letra libertária (*Num harém, o pecado é ninguém*), mas reflexiva (*O tanto que perdi, meu semblante não diz*). Na canção *Improviso*, o mote é a incerteza do amor, refletida no improviso de quem abandona a melodia (*Vejo as notas indo de cor pra onde eu não quis*).

Separada por 50 anos de *Flor de Lis*, sucesso de seu álbum de estreia, *A Voz, o Violão e a Música de Djavan* (1976), o artista apresenta outro samba clássico, *Cetim*, com acordes reconhecidamente "djavanianos" – que preparam o ouvinte para uma melodia, mas vão para outro lado.

**Mas, enquanto o velho** samba contava o fim de um romance, este celebra o início da paixão: *Você mexe no clima, ímã, tudo é uma inundação, canta ele, canta ele*, retomando uma rima com a palavra ímã, marcante em outro clássico seu, *Açaí*.

*Improviso* retoma também o refinamento visual de *D*, com a direção de arte de Giovanni Bianco. Nos shows, a direção artística caberá novamente a outra grife da cenografia e das artes visuais brasileiras: Gringo Cardia. "Teremos imagens de obras de arte no palco interagindo com os músicos", diz, sem dar mais detalhes.

Musicalmente, Djavan diz que tem ouvido muito os que os filhos e o neto ouvem. Parte da prole formou a banda Trivia – uma brincadeira "djavanesca" com a palavra trio e o sobrenome da família, Viana.

Os netos Gabriel e Bernardo, de 19 anos, e o filho Inácio, de 18, acabam de lançar o single *Cartas na Mesa*, que transita entre o *pop* contemporâneo e o *rhythm and blues*. "Estou sempre aprendendo e ampliando meu conhecimento musical com eles", conta Djavan, que vem sendo descoberto por uma nova geração que também quer djavanear o que há de bom. São 5,1 milhões de audições mensais no Spotify e shows repletos de jovens que, como Quincy Jones, parecem esperar dele novos improvisos. •

MAR+VIN

**Jazz.** Em *Improviso*, o cantor, de 76 anos, surge mais sereno que no disco anterior, *D*.

ines249



# Pelo direito de se fazer filmes

**LIVRO** A escrita de Gustavo Dahl, artífice do Cinema Novo e da Ancine, é reveladora das lutas do meio cinematográfico no País

POR ANA PAULA SOUSA

Foi sob o apadrinhamento de Paulo Emílio Salles Gomes (1916–1977), nome-farol do pensamento cinematográfico brasileiro, que Gustavo Dahl começou, na década de 1950, a escrever no *Estado de S. Paulo*. Embora não demorasse para que, da reflexão crítica, ele passasse à feitura de filmes, como montador e diretor, e à lida institucional, na estatal Embrafilme, ele nunca abandonou a escrita.

Dahl escreveu em jornais, revistas e publicações acadêmicas, além de muitos discursos, projetos de política audiovisual e cartas. Foi desse material, somado a um conjunto de entrevistas, que nasceu *Cinema Brasileiro: Eu e Ele*, organizado por Tania Leite e Alberto Flaksman.

O livro, que reúne 41 de 250 documentos catalogados por Tania, é uma peça importante para a compreensão das bases político-culturaos do cinema brasileiro. Muito do que Dahl pensou paira ainda hoje sobre o setor.

O volume foi organizado em três eixos. O primeiro volta-se ao Cinema Novo, movimento do qual fez parte, e é composto especialmente de cartas escritas para o cineasta Glauber Rocha (1939–1981), o crítico Jean-Claude Bernardet (1936–2025) e o próprio Paulo Emílio.

Vem, na sequência, um bloco centrado na Embrafilme, empresa criada no regime militar, onde Dahl assumiu a Superintendência de Distribuição.

A última parte é dedicada ao processo de criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine), iniciado em fins dos anos 1990 e por ele liderado. Dahl foi o primeiro diretor-presidente da agência.

O que mais chama atenção, no todo, é o quanto, nessa trajetória, Dahl parece ter sido movido, sobretudo, por algo que para ele era uma causa: a luta pela possibilidade de o cinema brasileiro existir, a despeito da lógica de um mercado formatado para receber o produto hollywoodiano.

Alameda
Cinema brasileiro: eu e ele
Artigos, Cartas, Discursos, Ensaios, Entrevistas, Propostas
Gustavo Dahl
Orgs. Tania Leite e Alberto Flaksman

*CINEMA BRASILEIRO: EU E ELE*

**Gustavo Dahl.** Organizadores: Tania Leite e Alberto Flaksman. Alameda (404 págs., 119 reais)

"O filme brasileiro existe por aquela mesma misteriosa virtude que faz o besouro condenado pela aerodinâmica voar", diz, na sequência de uma análise sobre a inviabilidade comercial da maioria dos filmes feitos no País ante aqueles vindos dos Estados Unidos. "A diferença brutal de escala", prossegue, "fez-me sentir à beira do ridículo, do absurdo, nesta defesa renitente do direito de o Brasil ter seu cinema."

**Dahl teve logo** a clareza de que as tentativas de conquista do mercado interno seriam sempre frustradas pela fragilidade da distribuição. "Os filmes foram feitos sem pensar na distribuição", afirma, antecipando o que segue a ser repetido.

Seu diagnóstico de que os Estados Unidos "controlam o mercado mundial, indispensável para a cobertura dos altos custos, através de sua vasta rede de distribuição", ganhou recentemente ain-

ines249

ACERVO CINEMATECA/SP E ALEXANDRE C. MOTA/UNIVERSO PRODUÇÃO/CINEOP

**Acervo.** Nas cartas mandadas para Glauber Rocha, Dahl, crítico, diretor e gestor público, relata as dificuldades para vender *Barravento* (1962) na Europa

da maior concretude com a publicação de *Hollywood e o Mercado de Cinema no Brasil: Princípios de Uma Hegemonia* (Letramento, 328 págs., 74,90 reais).

Fruto da pesquisa de doutorado do jornalista Pedro Butcher, esse livro funciona quase como um compêndio daquilo que Dahl compreendeu a partir da prática – fazendo filmes e política, e vivenciando o mercado europeu.

São especialmente reveladoras as cartas enviadas para Glauber, no início da década de 1960, quando Dahl tenta vender *Barravento* (1962) no exterior. "Viva! Viva! *Barravento* é agora a grande esperança", escreve para o amigo, de Roma, em 1961. Não demora, porém, para que a esperança se transmute em frustração.

"A situação concreta é a seguinte: a venda na Itália é impossível", diz. Mais adiante, ainda em cartas, ao refletir sobre o fiasco internacional de *Porto das Caixas* (1963), de Paulo Cesar Sarraceni, e *Garrincha – Alegria do Povo* (1962), de Joaquim Pedro de Andrade, Dahl decifra

a ilusão em torno do projeto de internacionalização da produção nacional.

"O problema do mercado europeu é o seguinte: quem criou esta onda de mercado europeu fomos nós três (ele, Glauber e Sarraceni), mais o sucesso de *O Pagador de Promessas*", escreve. "Mas nós a criamos um pouco iludidos, um pouco otimistas, um pouco malandros, para permitir que *Barravento*, *Porto das Caixas* e *Garrincha* fossem feitos."

Embora referentes a uma fase muito diferente do mercado, suas reflexões sobre validação externa e público interno se conectam ao momento atual.

"É difícil", diz, "fazer um filme que seja (...) suficientemente comercial para não meter medo aos distribuidores e exibidores brasileiros, suficientemente brasileiro (...) para que satisfaça no exterior a uma necessidade (...) de tipicidade, sem cair no exotismo (...) e suficientemente 'artístico' para impressionar os imbecis críticos que frequentam os festivais."

**Difícil, mas, por vezes,** possível, como demonstram o Oscar e o sucesso de *Ainda Estou Aqui* e os prêmios e a repercussão de *O Agente Secreto*, que estreou na semana passada liderando as bilheterias. Ambos também superam uma contradição que afligia Dahl: aquela "entre um cinema responsável no nível do pensamento e da linguagem e sua aceitação pelo público?"

Nenhuma conquista e nenhum fracasso são, porém, isolados. E Dahl, além de insistir na dificuldade que é furar o bloqueio hollywoodiano, toca em questões mais amplas, como a cota de tela; a pressão da produção por recursos públicos; e as arriscadas relações entre cinema e Estado.

Sua escrita, marcada por voltas e digressões, faz com que os textos se tornem, em alguns momentos, reiterativos. E, para um público contemporâneo – sem referências sobre seus companheiros de Cinema Novo –, talvez enigmáticos.

O conjunto, no entanto, é revelador de um cinema cuja história, fora da tela, não é menos interessante do que aquelas que os filmes contam. •

ines249



# A escuta antropológica

**IDEIAS** Viveiros de Castro vincula a guinada no pensamento crítico à compreensão das lutas indígenas no nosso continente

POR VLADIMIR SAFATLE

Eduardo Viveiros de Castro afirmou-se como um dos pensadores brasileiros mais influentes da atualidade. Sua maneira de fazer a crítica do progresso, do desenvolvimento e dos processos de modernização, recuperando a complexidade do pensamento ameríndio, assim como a força cosmopolítica de sua metafísica, impulsionou a reflexão crítica nos campos os mais diversos em escala mundial.

Não apenas a antropologia encontrou em seu perspectivismo ameríndio um de seus eixos fundamentais de reflexão e debate. A psicanálise, a crítica literária, a filosofia, a ciência política e a sociologia tampouco passaram incólumes ao abalo que seu pensamento provocou.

Tal fenômeno ocorreu porque, como poucos, Viveiros de Castro soube mostrar o que efetivamente significam os apagamentos epistêmicos produzidos pelas dinâmicas coloniais e capitalistas.

Ao mostrar que a "mitologia" ameríndia é, na verdade, uma complexa metafísica que nos permite tecer diálogos com momentos críticos de nossas próprias elaborações filosóficas contemporâneas, Viveiros de Castro deu um passo até então inédito.

Agora, em seu novo livro, *Os Involuntários da Pátria: Estudos de Antropologia II*, ele explicita as consequências políticas de tal escuta antropológica.

Nesse sentido, em um momento no qual nos perguntamos sobre onde estão ou de onde virão sujeitos políticos capazes de ter força real de transformação, Viveiros de Castro pede que olhemos para a mutação de nossas estruturas de pensar e agir, que será seguida da compreensão das lutas indígenas em nosso continente.

O capitalismo, afinal de contas, não é apenas um sistema de trocas econômicas. Ele é uma metafísica que naturaliza dicotomias teológicas (como a que marca nossa forma de distinguir natureza e cultura), que faz da crença no excepcionalismo humano a autorização para que o desenvolvimento de forças produtivas se torne, imediatamente, o desenvolvimento de forças destrutivas.

Pois há sempre humanos ainda não humanos por não se submeterem a um trabalho que só conhece a produção autorreferencial de valor. Há sempre não humanos que existem apenas para se tornar recurso disponível, até serem dizimados. E nada melhor do que as lutas indígenas para nos lembrar disso.

**Falar sobre isso** em um país como o Brasil, onde o debate ecológico é heroico, porém a todo momento silenciado, e onde até mesmo ministros de governos progressistas podem dizer impunemente que a Floresta Amazônica "é mais do que uma coleção de árvores, há gente lá", é um gesto fundamental para a reconstrução de nosso horizonte político de lutas.

No momento em que mais um sonho de progresso, a autorização da extração de petróleo na Foz do Amazonas, produzirá seus monstros, faz muito sentido o chamado do título desse livro: "Tornemo-nos involuntários da pátria, desertores desse país criado como uma guerra civil contra seu meio ambiente e seus múltiplos povos".

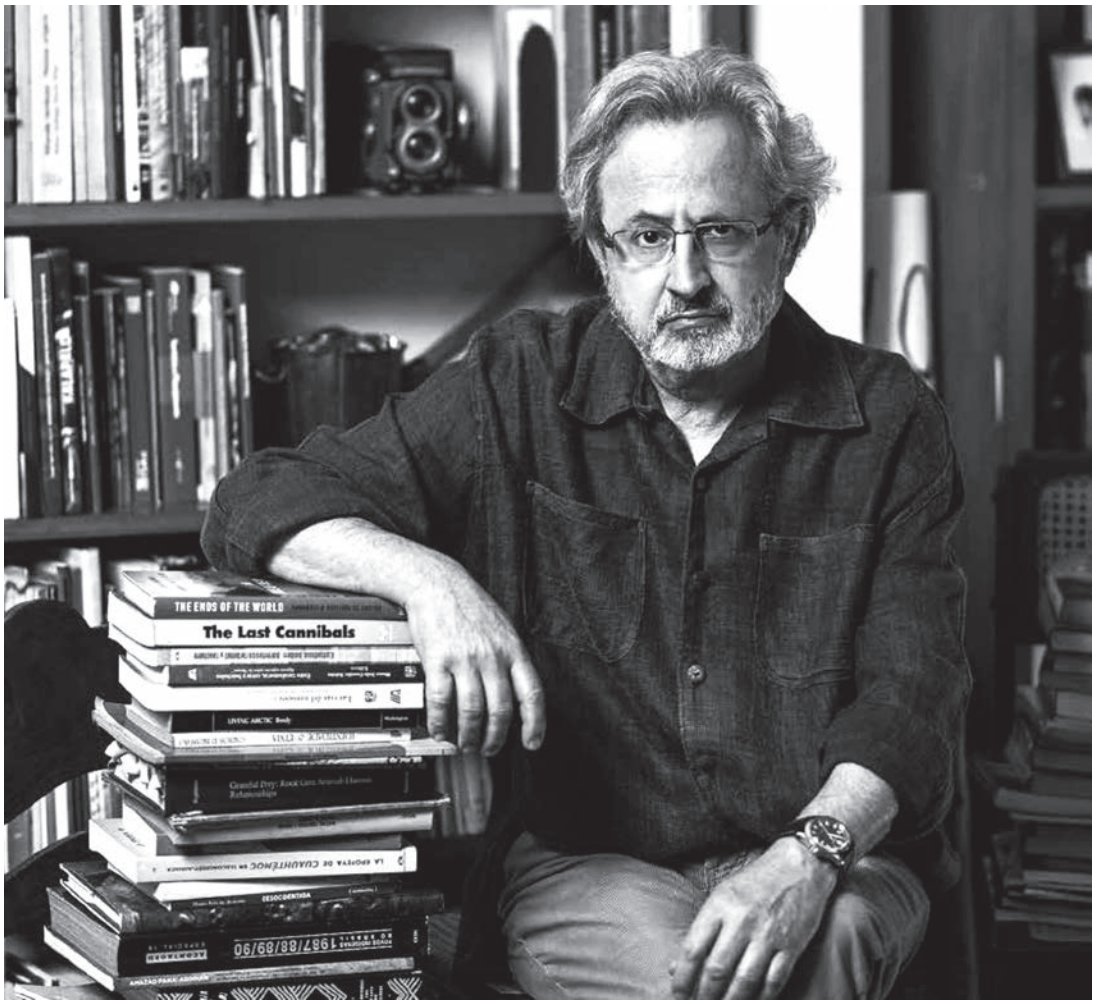
No interior desse processo, Viveiros de Castro traça os marcos de uma cosmopolítica que está longe de ser a realização de um cosmopolitismo do tipo kantiano, que pulsa ainda no horizonte crítico dos intelectuais de nossa época.

Pois se o cosmopolitismo é a realização de uma humanidade que poderia encontrar-se em toda e qualquer sociedade, a cosmopolítica quer dar um passo ainda mais profundo e começar por se pergun-

*OS INVOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA II*

**Eduardo Viveiros de Castro.** N1 Edições (320 págs., 104,90 reais)

ines249




**Crítica social.** No novo conjunto de ensaios, o autor reflete também sobre Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Oswald de Andrade

tar sobre o que nos foi interditado, devido exatamente a esta ideia de humanidade tão própria da modernidade.

O que significaria, por exemplo, incluir os não humanos na teoria política? Ou ainda insistir que a terra não é um espaço de afirmação de propriedades, mas uma potência de circulação livre e de quebra das ilusões de um tempo pensado como linearidade teleológica?

**Mas, de todas** as múltiplas questões que *Os Involuntários da Pátria* é capaz de produzir, uma merece especial atenção. Não é uma decisão simples escrever um livro de ensaios antropológicos que, depois de se colocar como que à procura de uma metafísica renovada para o político, termina dissertando sobre Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Oswald de Andrade.

Esse retorno à literatura não é a confissão de um pensamento "estetizante", que mostraria involuntariamente como certa crítica social de cunho antropológico estaria, no fundo, simplesmente animada pelos impulsos disruptivos do modernismo estético. Ele é, antes, a reflexão crítica necessária em um País que, como nenhum outro, vinculou modernização social e modernismo estético.

Pelas mãos de seus arquitetos e construtores, não era questão apenas de modernizar, mas de construir esteticamente um povo. No entanto, em um segundo momento, aquilo que tinha sido destruído por tais construções habitou nossa literatura.

Habitou fazendo apelo à força de fuga de jagunços que viram onças, de antropófagos que constroem futuros. Ou apelando ao espaço de fora produzido por mulheres de classe alta que sentem o colapso de suas ilusões de classe, que sentem a emergência de uma "natureza terrível geral", comendo baratas no quarto de empregadas.

A antropologia, que sempre foi a tentativa que inventamos de nos transformarmos a partir do contato com o outro, não poderia deixar de ser também a antropologia desse nosso próprio estranhamento. É, no fundo, como se fosse através dessas alianças improváveis que a verdadeira experiência política se dá. •

REDES SOCIAIS

ines249

**AFONSINHO**

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

# Agora ou nunca

▶ A mudança na presidência da CBF já aconteceu. No momento, torcemos para que ela traga, definitivamente, as necessárias e inadiáveis transformações no nosso futebol

A reunião de treinadores na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e as reações do Neymar continuam chamando muito a atenção dos torcedores, mesmo com o Campeonato Brasileiro chegando à reta final e o gargalo apertando nas disputas que encerram a temporada.

É difícil acompanhar tudo numa boa, quando até as conversas sérias da COP30 são atropeladas por um tufão. Mas essas confusões todas são, na verdade, o momento certo para as mudanças que não podem mais esperar.

No nosso futebol, a explosão de debates em torno da CBF, e das várias trocas na direção da entidade por causa de irregularidades graves, mostra que estamos chegando a um nível insustentável.

Foi muito boa a participação do Leonardo no programa da ESPN. Ele, que agora é dirigente e vive no exterior, destrinchou a situação do nosso futebol a partir de sua experiência com dirigentes daqui e de outros países.

Leonardo deixou claro que a gente pisou na bola por muitos anos e deixou de lado a formação de técnicos, árbitros e até mesmo de dirigentes mais profissionais. O futebol evoluiu muito rápido no mundo, e a gente ficou para trás.

É bom lembrar que o vexame do 7 a 1, na partida contra a Alemanha, na Copa do Mundo de 2014, já tinha deixado isso escancarado. Mas, de lá para cá, quase nada mudou. O que vimos foi só a troca de quem estava no comando, um simples revezamento.

Essa situação é parecida com a outra derrota feia que tivemos, a de 1950, em casa. A gente ficou parado, deu mais um mole na Copa de 1954, para só então arregaçar as mangas e fazer as mudanças que nos levaram à primeira conquista, em 1958, na Suécia.

**Naquela época,** rolou a entrada de João Havelange, um "homem de negócios" esperto, que trouxe para comandar o futebol o também empresário Paulo Machado de Carvalho.

Esse novo dirigente reformou completamente a Seleção, montando uma comissão técnica de ponta, com métodos modernos de trabalho, supervisão administrativa, preparador físico, dentista e até apoio da psicologia – algo, àquela altura, inimaginável.

A gente sabe que tem relativamente pouco tempo até o próximo Mundial, mas isso também acontecia nas outras vezes que citei.

A mudança na presidência da CBF já rolou. Agora a gente torce para que ela traga, de verdade, as transformações urgentes que o futebol de hoje precisa.

A outra ponta das discussões é sobre o nosso craque, o jogador mais falado desta geração, envolvido em debates que parecem até briga ideológica nos dias de hoje.

O Neymar e aqueles que estão ao redor dele certamente traçaram planos para o que pode ser a última Copa do Mundo do atleta: recuperar-se clinicamente e fisicamente, e ganhar o tal do "ritmo de jogo".

Claro, as críticas ao jogador são justas, por causa do histórico de suas reações e do rumo que a carreira dele tomou, misturando o atleta e o *superstar*. Ele tem 33 anos, é novo, mas está chegando na maturidade.

Tem a motivação de acertar o rumo neste momento de "turbilhão" e, ainda por cima, está jogando no time do Pelé, que, na década de 1970, mostrou como dar a volta por cima na preparação. São épocas diferentes, mas é totalmente possível repetir o feito.

Se Neymar quer mesmo marcar a carreira com glória, precisa de um apoio psicológico sólido. É difícil com tanto envolvimento na vida pessoal, mas é a hora de optar e sair do olho do furacão para ter paz e serenidade. No fim, tudo depende dele.

Enquanto a bola rola, a nova direção da CBF já está anunciando algumas mudanças, como a formação de um grupo de estudos com 20 representantes da Série A e 20 da Série B para, entre coisas, buscar uma "revolução" na formação da arbitragem e a introdução do *fair-play* financeiro.

A ladainha de sempre do calendário acabou de explodir de novo com as convocações para as "Datas Fifa" e a marcação de jogos decisivos ao mesmo tempo para clubes que disputam títulos, acesso, ou que estão brigando para não cair. Por fim, sem dúvida nenhuma, é fundamental discutir a responsabilidade do Estado nas atividades esportivas como um todo, pela importância que o esporte tem para a sociedade. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249

**ELNARA NEGRI**
Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês

# A síndrome do avestruz

▶ Ou enfiamos nossas cabeças na terra ou abrimos os nossos olhos para a crise climática e tomamos as rédeas do desenvolvimento sustentável

Prezado leitor, você certamente concorda: esta semana foi especialmente triste para nós brasileiros, com violência sem precedentes no Rio, catástrofes naturais no Sul e casamento e aborto na infância sem proteção.

Diante de tantas notícias terríveis, meu coração teve um lampejo de esperança com o Brasil sediando a COP30, combatendo o negacionismo e recebendo líderes de diferentes lugares do mundo dispostos a discutir o desenvolvimento sustentável como o único caminho possível para evitar o caos da vida humana na Terra.

Ingenuidade minha? Talvez. Mas sou da opinião de que temos de ter esperança, pois a alternativa seria enfiarmos nossas cabeças na terra como avestruzes irresponsáveis e enlouquecidos.

Em uma manhã, esta semana, me deparei com a seguinte notícia da BBC: "Os milionários donos das *big techs* estão construindo *bunkers* subterrâneos na Califórnia e na Nova Zelândia para se protegerem de um provável cataclismo global! (avestruzes?)".

"O que eles sabem que a gente não sabe?", indagava o repórter. Nada! Já sabemos o suficiente e, se tivéssemos o poder e o dinheiro dessa ínfima porção da humanidade – detentora da maior renda de todos os viventes no planeta –, talvez, do alto de nosso egoísmo, em vez de ajudar a procurar soluções, estivéssemos fazendo nossos abrigos.

Os eventos climáticos extremos estão aí para quem quiser ver. Não há mais dúvida de que o planeta atingiu um período crítico, mas ainda não irreversível – segundo os cálculos da ciência. E não foi por falta de aviso.

Extremos de calor têm sido mais frequentes, descortinando o cenário da crise climática mesmo para os mais céticos. Tempestades violentas, nunca vistas no Sul do Brasil, são resultado de anos de desmatamento do Centro-Oeste pelos próprios fazendeiros que vieram do Sul e, agora, presenciam o desequilíbrio climático destruindo suas casas e ceifando vidas.

Pasmem vocês: as cenas dos tornados recentes do Paraná foram questionadas nas redes sociais como sendo fabricadas por IA. Os mesmos negacionistas seguem a negar o horror com o qual se deparam.

**É mais que chegada** a hora de abrirmos os nossos olhos e tomarmos as rédeas do desenvolvimento sustentável. Nós, médicos, como conhecedores da ciência e formadores de opinião, devemos ser os primeiros a encabeçar esse movimento.

O aumento da temperatura ambiente tem impacto direto na piora de prognóstico e no desenvolvimento de inúmeras doenças pulmonares, cardíacas, neurológicas e até psiquiátricas.

A exposição ao calor afeta indivíduos em todos os estágios de vida e, nos extremos de idade, a vulnerabilidade é maior. Tal vulnerabilidade tem, porém, a condição socioeconômica como determinante direto. Os mais pobres têm maior risco em todos os cenários do caos climático.

Comportamentos práticos de adaptação podem ajudar as pessoas a manejar riscos à saúde relacionados ao calor. Entre eles estão hidratação, telhados verdes e plantio de árvores em volta das casas. Há, ainda, sistemas de alerta antecipado de ondas de calor. E o ajuste de dosagem de medicamentos como diuréticos e anti-hipertensivos pode ser necessário em situação de calor extremo.

De acordo com artigo de revisão no *BMJ*, entre as pessoas com mais de 65 anos, a mortalidade relacionada ao calor aumentou, globalmente, 167% em 2023, em comparação com a década de 1990.

A doença cardiovascular surge como a principal causa de morte relacionada à onda de calor, com um aumento de 12%. Cada aumento de temperatura de 1 °C aumenta a mortalidade em 2,1% e a morbidade em 0,5%, com maior risco de acidente vascular cerebral, doenças das coronárias e insuficiência cardíaca.

Evidências epidemiológicas associam a exposição ao calor extremo a um aumento de 11,6% no risco de internação hospitalar por doença renal crônica e de cerca de 10% para doenças respiratórias. Constatou-se também a piora de doenças neurológicas e psiquiátricas, incluindo demência, doença de Parkinson, depressão e ansiedade e distúrbios comportamentais.

Já se demonstrou elevação de 16% no risco de partos prematuros durante ondas de calor, com aumento de natimortos.

O caminho a ser percorrido já se conhece: preservação do meio ambiente e reflorestamento e agricultura e pecuária sem desmatamento, com técnicas modernas de preservação e proteção dos mananciais; abandono do uso de petróleo e plástico que vem dele; e educação e cuidado com as populações mais vulneráveis.

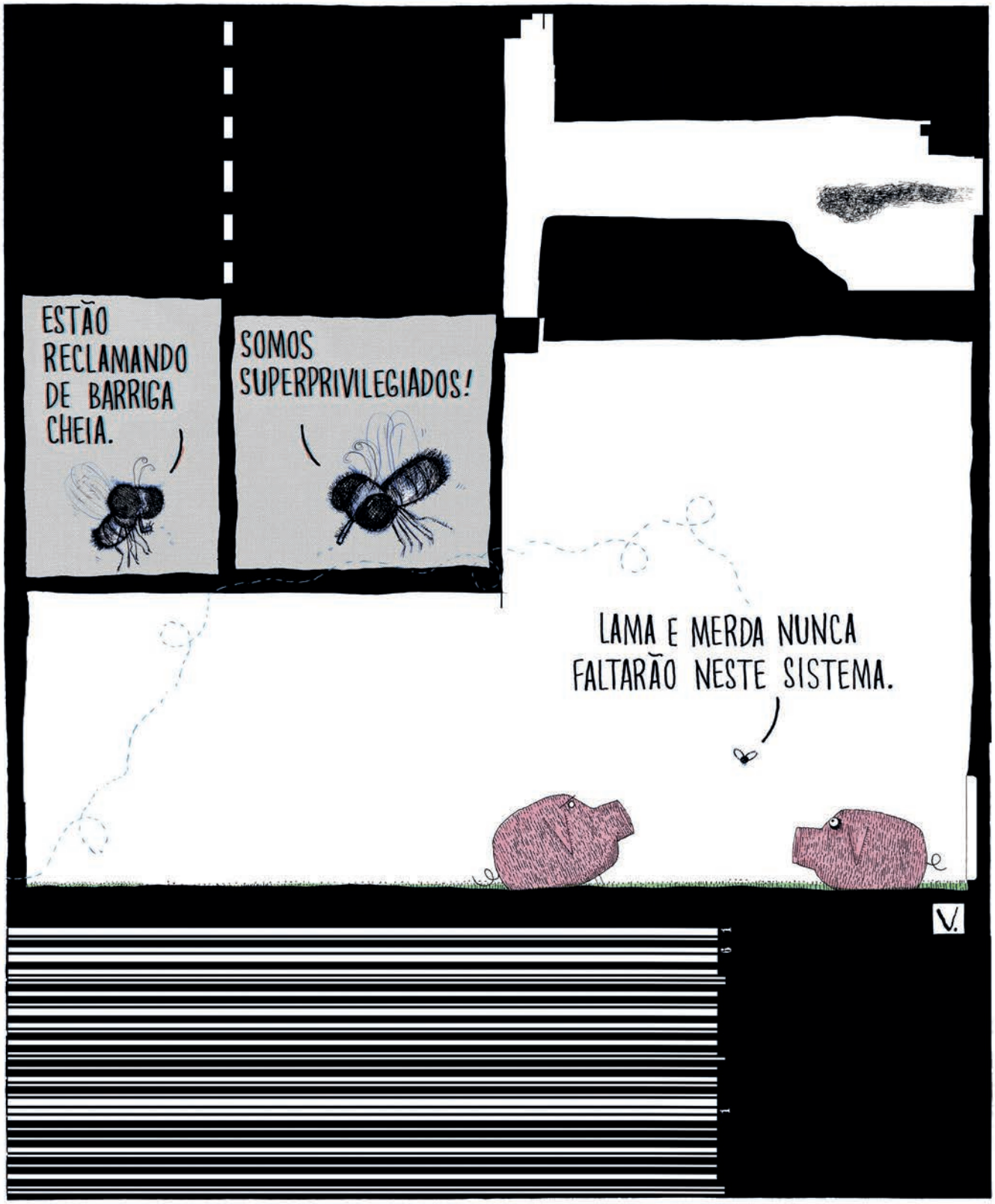
Não há tempo a perder. A sociedade tem de se mobilizar, independentemente de qualquer ideologia. Citando o magnífico Guimarães Rosa, o que a vida quer da gente é coragem. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ines249




ESTÃO RECLAMANDO DE BARRIGA CHEIA.
SOMOS SUPERPRIVILEGIADOS!
LAMA E MERDA NUNCA FALTARÃO NESTE SISTEMA.
V.

ines249

# POLÍTICA NA VEIA

*Política na Veia* é o *podcast* semanal de política da *CartaCapital*. A cada semana, Sergio Lirio (*CartaCapital*), Claudio Couto (*Fora da Política não há Salvação*) e Luis Nassif (*GGN*) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.

SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA ***POLÍTICA NA VEIA***

**TODA QUARTA-FEIRA,**
NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.

Carta

ines249

# FENAE COM ELAS

Talvez você ainda não saiba mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O feminicídio, homicídio contra a mulher, é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal** (**Fenae**) entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.

**Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!**

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

/fenaefederacao

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

(61) 98142 8428

/company/fenae-federacao